

Histórias de Trabalho

da Receita Federal do Brasil

2º CONCURSO - 2011

Relatos Escritos



Receita Federal

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
Divisão de Memória Institucional

2012



Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro da Fazenda
Guido Mantega

Secretário da Receita Federal do Brasil
Carlos Alberto Freitas Barreto

Subsecretário de Arrecadação e Atendimento
Carlos Roberto Occaso

Coordenador-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
João Maurício Vital

Coordenador de Educação Fiscal e Memória Institucional
Antônio Henrique Lindemberg Baltazar

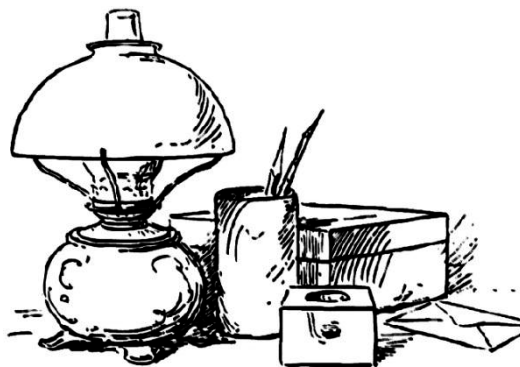
Chefe da Divisão de Memória Institucional
Fabiane Paloschi Guirra

Comissão Julgadora do 2º Prêmio Histórias de Trabalho da RFB
Márcio da Silva Ezequiel - DRF/Pelotas - Presidente da Comissão
Ana Catarina de Lucena - SRRF/04RF
Reginaldo César Cardozo - DRF/Londrina
Rosana Escudero de Almeida - DRF/Rio de Janeiro
Rudimar Radatz - IRF/Quaraí

Histórias de Trabalho

da Receita Federal do Brasil

2º CONCURSO - 2011



Receita Federal

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
Divisão de Memória Institucional

2012

Copyright© 2012 – by *Receita Federal*

Estão resguardados todos os direitos desta publicação, que poderá ser reproduzida por qualquer meio, desde que citado o nome do autor.

Capa, diagramação e revisão
Márcio Ezequiel

Imagem da capa
Assessoria de Comunicação Social - Ascom/RFB

Tiragem
2.000 exemplares

Impressão e acabamento
Gráfica Coronário

Ministério da Fazenda / Receita Federal do Brasil / Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal / Divisão de Memória Institucional. – Brasília: RFB, 2012.

História de Trabalho da Receita Federal do Brasil - 2º Concurso 2011.

120 p.

ISBN:

1. Receita Federal do Brasil. 2. Histórias de Trabalho. I. Ministério da Fazenda

CDU 658.4(81)

CDD B869 (3)

Composto e impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

Apresentação	VII
Prefácio	IX
Histórias Premiadas	
O pó da viagem: mulheres, malas e mistérios no cais santista	11
Operação carimbo: a origem da cobrança administrativa domiciliar.....	23
Um toque do sobrenatural	27
Menções Honrosas	
A chave da questão - anos 90.....	32
Gotas açucaradas	35
Histórias Classificadas	
A almofada.....	43
A caranha do IPI.....	44
A primeira fiscalização ninguém esquece	47
A vitamina	49
Bons colegas valem por uma carreira.....	51
Da nova consolidação à (super) receita. Uma breve história.....	53
Eu quero me entregar para a receita federal	60
Flagrantes da vida real, em versão nacional	63
Homenagem à ex-servidora nomeada por Getúlio Vargas.....	76
Hora sagrada, a do jantar - anos 90	78

A maior enchente da história do Amazonas e o retorno da RF/MNS ao prédio do Ministério da Fazenda	80
Mais branco... Impossível.....	84
O dia que o mundo não acabou	89
O “mico” no leilão.....	91
O semibarbado.....	93
Passa Vinte.....	101
Por que todo auditor-fiscal, no fundo no fundo, gostaria de ser Sherlock Holmes?	105
Que sufoco ... hein, Olivetti!	107
Sufoco na Amazônia.....	112
Um caso de amor	116
Vacina de brucelose	118

Apresentação

“Não há cultura humana que não se fundamente em profundas trocas de alma”.

Mia Couto

É com grande satisfação que a Receita Federal traz a público o presente livro com os trabalhos classificados no 2º Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil.

O certame foi instituído em 09 de junho de 2010, por meio da Portaria RFB nº 1.287, e tem por objetivo coletar, selecionar e premiar registros de experiências que tratam do cotidiano de trabalho de nossa instituição, apresentados por seus servidores, ativos ou inativos, das quais tenham participado ou tomado conhecimento no exercício de suas atribuições.

A história é uma das formas de pensar a vida social compartilhada. Com ela, revolve-se o passado na busca de seu entendimento, compreende-se o presente e planeja-se o futuro. Outra não é, aliás, a reflexão do autor de Dom Quixote de La Mancha, Miguel de Cervantes, segundo o qual a “história é émula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro”.

É com tal perspectiva que se distingue a importância da tarefa da Memória Institucional. Ao se olhar para o ontem e analisar o caminho percorrido, teremos mais possibilidades de acertos no hoje e no amanhã.

Mas este compêndio, para além de iluminar os caminhos do futuro, também é um instrumento de identidade cultural. Por meio das histórias aqui reveladas, nós nos encontramos, nos enxergamos e nos admiramos mutuamente. São casos que representam o cotidiano profissional de milhares de pessoas que, embora muitas vezes sequer tenham se encontrado, entreolham-se com cumplicidade e reconhecem-se como parte de um mesmo todo, que é a Receita Federal.

Nesta segunda edição, a obra se consolida como um importante veículo de vivências profissionais que são, ao mesmo tempo, o refletor e o reflexo das experiências de trabalho. Torna-se um instrumento de difusão de conhecimento e de valores que sustentam a nossa organização.

Parabenizamos e agradecemos a todos os que participaram do concurso. Premiados ou não, são todos dignos de aplausos. Com os trabalhos deste livro, legamos à posteridade os relatos dos autores, que passarão a integrar o acervo da memória institucional da Receita Federal.

Agradecemos, por fim, ao Senhor Secretário da Receita Federal do Brasil, Dr. Carlos Alberto Freitas Barreto, ao Senhor Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Dr. Carlos Roberto Occaso, e, especialmente, à Chefe da Divisão de Memória Institucional, Fabiane Paloschi Guirra, e ao historiador Márcio Ezequiel, da DRF-Pelotas, responsáveis diretos pelo planejamento, elaboração e execução desse segundo volume do *Histórias de Trabalho da Receita Federal*.

Continuem rememorando e registrando suas histórias laborais. Ganham as gerações futuras com a experiência. Ganhamos todos nós com a reflexão.

Boa Leitura!

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal

Prefácio

Muito me honrou o convite para prefaciar este segundo volume do Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil. Observo inicialmente que o título da coletânea é bastante oportuno por unir os termos história e trabalho no âmbito de nossa Instituição. Se focarmos somente os tijolos diariamente assentados, corremos o risco de não visualizarmos a obra que se ergue a nossa frente.

O exercício de olhar para o passado funcional é, por vezes, adiado para quando já não estamos mais em atividade, muitas vezes colhendo os louros da aposentadoria. Mas isso deveria ser diferente. É enquanto ainda somos úteis para o aperfeiçoamento do trabalho que precisamos valorizar o conhecimento acumulado pelas experiências do dia-a-dia e, sobretudo, lembrar a contribuição deixada por aqueles que já marcaram a trajetória da nossa instituição.

A exemplo do volume inaugural desta série, encontramos neste compêndio desde narrações das primeiras impressões dos servidores ao se apresentarem ao Serviço Público até homenagens aos colegas que já se aposentaram.

Registram-se aqui, e temos agora o orgulho de compartilhar, histórias da Fiscalização, da Arrecadação, da Aduana, do Atendimento ao Contribuinte, da Logística e da Tecnologia, que ilustram as mais variadas situações de trabalho. O mais relevante, entretanto, é resgatar das entrelinhas de cada narrativa o espírito corporativo que há ante os momentos inusitados ou de dificuldades, espírito esse que denota o profissionalismo, o comprometimento e a amizade característicos do fabuloso corpo funcional que a nossa instituição se orgulha por possuir.

A proposição maior da Memória Institucional, qual seja, a de manter viva a lembrança de atos e fatos de nossa história, parece-me estar sendo bem cumprida através deste certame. Isso significa que estamos colhendo realizações pretéritas com mãos ocupadas no presente e olhar atento no futuro.

O *Histórias de Trabalho da Receita Federal* mostra a importância inerente à reflexão contínua sobre a trajetória percorrida, assim como sobre os caminhos possíveis para o avanço na realização de nossa Missão Institucional.

Carlos Roberto Occaso

Subsecretário de Arrecadação e Atendimento

Histórias Premiadas

Primeiro Lugar

O pó da viagem: mulheres, malas e mistérios no cais santista

Cléber Marcelo Fernandes Caetano

Alfândega do Porto de Santos/SP



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

O pó da viagem: mulheres, malas e mistérios no cais santista

Já passava do meio-dia e o sol parecia inundar aquele gigante de aço e vidro. No ambiente gelado de uma luxuosa cabine, uma jovem senhora fazia planos, enquanto secava seu cabelo.

Segundos antes, tivera a impressão de ouvir seu nome ser anunciado no serviço de som. Deu de ombros. Afinal, fosse qual fosse o problema, seu infalível factótum cuidaria de tudo.

Aquilo sim é que era comodidade...

Ordenou os pensamentos. Antes que o dia terminasse, naquela mesma noite, o transatlântico em que viajava ultrapassaria o trópico de Capricórnio. Só mais alguns dias e viriam, também, a linha do Equador e o trópico de Câncer. E, enfim, desembarcaria no velho continente.

Tudo aconteceria conforme o previsto. O retorno à Argentina se daria de avião. De primeira classe, decerto.

Mas não foi exatamente o que aconteceu.

Introdução

Porto de Santos - SP.

Oito de março do ano de dois mil e três.

Dia internacional da mulher.

No terminal de passageiros, a movimentação de pessoas e veículos era intensa. Não podia ser diferente. Com mais de duzentos metros de comprimento e pesando aproximadamente trinta e três mil toneladas, estava



ali atracado o navio Costa Tropicalle, um dos maiores e mais belos a escalar o litoral brasileiro naquela temporada.

Era como se, por encanto, um edifício de vários andares e janelas tivesse brotado da mureta que separa a água salgada do piso de paralelepípedo do cais.

Havia muita gente trabalhando, desembarcando, embarcando e, principalmente, muita gente acompanhando os parentes e amigos que ali desembarcavam ou embarcavam.

Quando o embarque estivesse concluído, haveria a bordo aproximadamente duas mil pessoas, entre turistas e tripulantes, distribuídas em mais de quinhentas cabines.

Era um final de semana quente e agitado, e o plano, camuflado por uma frágil senhora com nome de flor - Rosa - inserida entre milhares de pessoas, não tinha como dar errado.

Parecia mesmo perfeito. E tinha requintes de candura.

O cenário

O maior ataque terrorista da história, infligido aos Estados Unidos da América dois anos antes, ou seja, em 2001, ainda balizava as ações de segurança nas operações portuárias mundo afora. A comunidade internacional de informações listava os navios de cruzeiros como potenciais alvos dos terroristas.

A vigilância nos portos passaria, desde então, a ser redobrada. A Alfândega do Porto de Santos, vanguardista por tradição, juntamente com os órgãos de segurança atuantes na zona primária, estava bastante engajada em



garantir a normalidade e, principalmente, a tranquilidade das operações naquela área.

Era final de temporada e os servidores aduaneiros já se curvavam ante o fardo de terem trabalhado durante tantos finais de semana e feriados consecutivos (há cruzeiros no Natal, Ano Novo, Carnaval, etc...), em que eram, em razão do ofício, alijados do convívio familiar. Entretanto, naqueles tempos, a intensidade das operações não era medida pela régua do possível, mas sim pela do necessário. A Receita Federal do Brasil, como sempre, dava mostras de sua excelência.

O enredo

No final do mês de fevereiro daquele ano de 2003, a Divisão de Operações Aduaneiras da Alfândega da Receita Federal no Porto de Santos decidiu fazer uma operação de busca a bordo do navio Costa Tropicalle, que seria realizada no dia 08 de março daquele mesmo ano. Era sua derradeira viagem naquela temporada de 2002/2003 e o Porto de Santos era uma das últimas escalas em território nacional.

O navio em breve seguiria para a Itália, seu berço e destino final. Como havia muitos turistas e tripulantes estrangeiros embarcados, a Polícia Federal foi convidada e topou participar. Pela Receita Federal foi indicado o GROPEM como seu representante.

O elenco

O Grupo de Operações Especiais Marítimas - à época formado por auditores e analistas - era o braço da repressão marítima da Alfândega do Porto de Santos no começo deste século. Numa regra em que o adjetivo



qualifica o substantivo, O GROPEM não era outra coisa, senão sinônimo de excelência em repressão aduaneira.

No papel, tinha nome de remédio. Mas, quando agia, dava muita dor de cabeça aos contrabandistas e traficantes.

A operação

Naquele céu de quase outono, não havia uma só nuvem quando os servidores aduaneiros e policiais subiram os primeiros degraus da escada que os levaria a bordo daquela embarcação.

O verão teimava em se despedir. Sob um calor insuportável - e dezenas de olhares desconfiados - os integrantes da operação começaram a se espalhar pelo navio.

Em linhas gerais, a operação consistia em vistoriar a praça de máquinas, o paiol de provisões e algumas cabines de tripulantes e turistas pré-selecionadas. Nanopartículas daquela imensa matéria flutuante, mal comparando, mas era justamente aí que a experiência fazia a diferença.

Naquele operação não havia cães de faro. Mas os servidores do GROPEM tinham faro de cão.

Dadas as circunstâncias, o desejo era de sorte. A carência, de milagre... O que seria razoável, afinal, o porto era... de Santos!

O tempo era um fortíssimo adversário. A equipe dispunha de não mais que três horas para realizar aquela operação. Iniciaram-se os trabalhos.

Nas dependências da praça de máquinas e do paiol de provisões nada de irregular se constatou. Faltavam as cabines. Primeiro seriam verificadas



as cabines dos tripulantes, por serem menores e próximas. Vistoria realizada e... absolutamente nada! Restavam, então, as cabines dos turistas.

Antes, um não tão pequeno parêntese.

Os cruzeiros marítimos caíram há tempos no gosto do brasileiro. O conforto das embarcações, os shows oferecidos, a comida farta, os destinos escolhidos e a possibilidade de jogar num cassino sem ter que ir tão longe, são alguns dos atrativos. Some-se a isso o dólar baixo e o crédito acessível e teremos como resultado um número de turistas que aumenta em progressão geométrica, ano após ano.

Além do turista clássico, verifica-se também o embarque de turistas de várias outras tribos, como, por exemplo, famílias inteiras que comemoram datas especiais; empresas que promovem confraternizações entre seus colaboradores; profissionais liberais que realizam congressos, etc...

Para se ter uma ideia da diversidade de público que lota os cruzeiros, até leilão de gado já fizeram a bordo de um navio. Imagina um sujeito de calção e óculos de sol, tomando uma caipirinha no meio do oceano atlântico e arrematando um bezerro encurralado numa fazenda lá no pantanal.

Pois é...

Obviamente, o gado não embarca junto.

Os exemplos acima servem para ilustrar a diversidade e, por corolário, a dificuldade em selecionar “alvos” nas operações de repressão em cruzeiros marítimos.

Havia, entretanto, naquele cruzeiro, um hermético grupo de turistas argentinos, mulheres em sua maioria, que, paradoxalmente, chamou a atenção justamente... por sua absoluta discrição.

Parece esquisito. E é mesmo!



Mas, às vezes, é preciso driblar o pragmatismo, abstrair-se dos manuais e entregar-se de corpo e alma à prima-irmã dos métodos científicos e estatísticos de seleção: a intuição. Dela, as atividades de fiscalização não devem jamais se divorciar.

Assim se quis, assim se fez. Decidimos, então, abordá-las em suas cabines, começando por uma argentina chamada Rosa, que, ao que tudo indicava, capitaneava aquele grupo. No início da busca em sua cabine foram abertos o guarda-roupas, os armários, as gavetas e o restante do mobiliário da embarcação.

Não encontramos nada que pusesse em risco a segurança do navio, por assim dizer. Faltava verificar, apenas, seus objetos pessoais. Ficamos surpresos com seu súbito temperamento mercurial. Mas não dava para ser de outro jeito: Rosa teria que abrir suas malas.

Interlúdio: a mala nada na lama

Este famoso palíndromo sintetiza uma injusta maldição que se abateu sobre aquele conhecido acessório, tão indispensável em viagens.

Mas, primeiro, voltemos o tempo. Na primeira metade do século passado, no mesmo cais santista, nossos ancestrais aduaneiros desvendaram aquele que se tornaria o crime mais famoso de todos os tempos, na história brasileira.

Trata-se do “crime da mala”, termo pelo qual ficou popular e nacionalmente conhecido. Em síntese, um jovem imigrante italiano, por razões até hoje não completamente esclarecidas, matou sua esposa, amputou parte do seu corpo e resolveu “despachá-la”, oculta em uma mala, de navio,



para a Europa. O assassino foi identificado e preso, porém, alguns anos depois recebeu um beneplácito presidencial, foi posto em liberdade, casou-se novamente e levou uma vida normal, ao que se sabe.

A vítima, que se encontra sepultada na cidade de Santos, foi sumariamente “canonizada” e em seu nome, dizem os devotos, são operados vários tipos de milagres. Já a mala...coitada! Pagou pelo que não devia e hoje é sinônimo frequente de mau predicado, quando dizem, por exemplo, que fulano é “mala” ou, então, “mala sem alça”, ou pior, como nos casos obscuros que remetem à corrupção, em que se utilizam os termos “mala preta” e, mais recentemente, “mala branca”.

A mala nada na lama.

Mas não merecia...

Continuando...

Malas abertas... e Rosa, “despedaçada”.

Não foram encontrados materiais explosivos nem radioativos, mas alguns quilos de uma substância que tem nada mais, nada menos, que o poder de corroer a sociedade em que vivemos: a cocaína.

Essa verdadeira arma química, eufemisticamente rotulada e tratada como mera droga estimulante, é mais letal que todos os ataques terroristas somados, em que as vítimas podem ser contabilizadas e a autoria, via de regra, é reivindicada.

No caso da cocaína, não se consegue medir a quantidade de vítimas, posto que, além dos viciados propriamente ditos, o infortúnio se abate sobre suas famílias - células da sociedade - de todas as formas e, nem sempre,



consegue-se chegar aos traficantes, já que as diversas ramificações dispersam e dificultam sua identificação.

Também é infinitamente superior a quantidade de dinheiro público despejada desde o combate à produção, ao tráfico e, por fim, nos gastos com a reabilitação da saúde pelo uso da cocaína e seus derivados, cada vez mais letais.

O pensamento acima exposto era de todo o grupo que participava daquela operação.

Mais algumas cabines foram vistoriadas até que, enfim, o navio apitou.

Fechavam-se as cortinas. A missão estava cumprida.

Segredos são do céu, mistérios são do mar

Nas demais cabines daquele grupo correu exatamente como na de Rosa. As senhoras argentinas, uma a uma, iam sendo presas à medida que a cocaína era encontrada em suas respectivas malas.

Um grande mistério, porém, surgiria e continua habitando até os dias de hoje a mente das pessoas que participaram daquela operação, em 2003.

O passageiro da última cabine a ser vistoriada, um senhor argentino, não se apresentou até o momento da partida do navio, embora seu nome e cabine fossem anunciados dezenas de vezes no sistema de som.

Sabia-se que ele estava a bordo, já que não havia nenhum registro de seu desembarque e, o que era mais intrigante, alguns minutos antes ele havia consumido uma dose de bebida alcoólica num dos bares do navio, conforme registros eletrônicos de consumo.



Sua cabine foi, então, vistoriada na presença de um oficial da embarcação e, para variar, mais alguns quilos de cocaína estavam escondidos numa de suas malas.

Atrasar a partida do navio para localizar o criminoso argentino seria um desaire poseidônico, visto que milhares de outras pessoas estavam ali embarcadas de muitíssima boa-fé.

Reunião de emergência e decidiu-se que dois agentes da Polícia Federal que não haviam participado da operação seriam embarcados disfarçados de turistas até o último destino brasileiro, com a exclusiva finalidade de localizar e prender o tal argentino.

Eles se revezariam na viagem de forma que um deles sempre permaneceria próximo à cabine do foragido, enquanto o outro realizaria buscas nas demais dependências comuns.

Todos os tripulantes também foram notificados para que avisassem os oficiais de segurança, caso notassem alguma pessoa em local e atitude suspeitos. Se ele efetuasse algum consumo com o seu cartão, seria imediatamente denunciado.

Era só uma questão de tempo, mas esse tempo nunca chegou.

Restava comunicar o fato às autoridades italianas.

Epílogo

Todas as argentinas foram condenadas pela justiça federal por tráfico internacional de entorpecentes, conforme a sentença do processo, e as penas variaram de três a cinco anos de reclusão, em regime fechado.



Nos anos seguintes, a Receita Federal do Brasil, por intermédio da Alfândega do Porto de Santos, continuaria realizando diversas operações (isoladas ou conjuntas) contra o tráfico internacional de entorpecentes naquele porto, chegando a apreender, em algumas ocasiões, mais de uma tonelada de drogas de uma só vez, viabilizando a prisão e a condenação de vários outros traficantes e, assinalando assim, definitivamente, o seu nome no livro dos órgãos públicos mundiais que combatem esse ilícito, com expressivos resultados.

Em tempo!

Quanto ao argentino sumido, nunca mais se ouviu falar dele. Viraram o navio ao avesso, na Itália, e ainda assim não o localizaram. Na época, diversas opiniões surgiram a respeito de seu misterioso desaparecimento.

As mais conservadoras, afirmavam que ele havia se jogado no mar. As mais ousadas, apostavam que ele tinha sido retirado oculto no lixo produzido pelo navio. As mais, digamos, alienadas, sugeriam que ele havia sido abduzido.

Certo mesmo é que virou figurinha no álbum da Interpol. Se estiver vivo, entrou para a clandestinidade. Se morreu, é mais uma assombração no cais santista.

Mas, aí já é outra história...



Segundo Lugar

Operação carimbo:

A origem da cobrança administrativa domiciliar (CAD)

Orlando Toledo Vidal

Aposentado - DRF Passo Fundo/RS

Em meados de 1986 fui designado para uma fiscalização externa (uma semana) em uma pequena cidade do norte do Rio Grande do Sul. O Chefe da Safis/DRF me entregou um “Dossiê” que continha apenas as DIPJs dos AC 1983 (um Lucro Real e duas Lucro Presumido). Naquele tempo era tudo que continha um dossiê de fiscalização.

Chegando na cidade para realizar a fiscalização, o primeiro trabalho foi localizar o contador responsável pela escrituração. Encontrei-o em uma pequena sala, da sua própria residência. O profissional era também, vereador e presidente do sindicato rural. A sala estava cheia de pessoas, mas não clientes, empresários. Apesar de ser responsável pela escrituração de cerca de 90% das empresas do município, o que ele menos fazia era trabalhar em contabilidade. Na realidade, algum trabalho contábil feito era realizado por duas moças numa salinha contígua, com muitos livros e documentos pelo chão, várias folhas de livro Diário espalhadas, sujas de tinta e uma montanha de carimbos de CGC (sim, era CGC mesmo) e do ICM.

De início vi que era impossível ali trabalhar. Como eram cerca de 10:00 horas, dei ciência dos Termos de Início de Fiscalização, anos base de 1984 e 1985, ao contador mesmo e solicitei que pelo menos os livros Diário,



Razão e Caixa fossem colocados a minha disposição na primeira hora da tarde.

Saí à procura de um hotel e um local para trabalhar, bem como “dar uma olhada” nas empresas a serem fiscalizadas. Acertei o hotel. O proprietário, muito atencioso, providenciou uma mesinha e cadeira e, inclusive, uma máquina de calcular. À tarde retornei ao “escritório” e o contador me informou que não podia me entregar nada, pois estava “um pouco desorganizado” e pediu um prazo “duns trinta ou quarenta dias” para entregar a documentação. E agora? Discute pra lá, argumenta pra cá. Dei uma olhada nas salas, era mesmo impossível encontrar alguma coisa organizada, tentei junto com as moças encontrar os livros Diário, Razão e Lucro Real da empresa, nada.

- O que eu digo em casa (DRF)? Que faço? Dou prazo? Vou embora? Devolvo as diárias? - pensei.

Mas tive uma ideia. Olhando aquela montanha de carimbos CGC, fui numa livraria ali perto e comprei vinte folhas de papel branco. Retornei ao “escritório”, solicitei às moças uma almofada de carimbo e carimbei todos aqueles CGC nas folhas, preenchi umas quinze folhas, cerca de cento e setenta carimbos. Fui à livraria e fiz cópias das folhas. Retornei ao “escritório” e com o famoso formulário “coringa” (servia para tudo), elaborei um “Termo de Intimação”, através do qual solicitei, no prazo improrrogável de trinta dias: todos os livros e documentos solicitados no Termo de Início de Fiscalização;

Cópia das três últimas DIPJs de todas as empresas identificadas naqueles carimbos constantes das folhas anexas;

Darfs de recolhimento de IRPJ, Contrato social, IPI, Finsocial e Pis de todas aquelas empresas identificadas. Dei uma chamada de atenção no contador, disse que era para ele organizar uma pasta para cada empresa, em



que deveriam constar as DIPJs e os Darfs, e alertei-o sobre suas responsabilidades, dizendo que daria conhecimento a todos os seus clientes das condições em que se encontrava a respectiva documentação.

Ele, em sua defesa, alegou que o prazo era pouco, pois ele tinha “muitas atividades”. Disse, ainda, que muitas daquelas empresas tinham “dado baixa”. Falei que o prazo era aquele e que organizasse as pastas com uma, duas ou três DIPJs, conforme o respectivo comprovante da baixa. Disse-lhe, ainda, que em visita que fiz pela manhã em duas empresas a serem fiscalizadas (Lucro Presumido), disseram-me que o contador era quem sabia de tudo, e que elas estavam em dia com os pagamentos dos tributos, pois todos os meses davam os valores para ele pagar. Retornei para a DRF e dei conhecimento ao Chefe da Safis.

Passados cerca de dois meses, retornei à cidade. Como era quase meio-dia, almocei e fui ao banco. Tempo em que o caixa falava com o cliente, contava “causo”, especulava. Conversa vai, conversa vem, ele perguntou o que eu fazia. Eu disse que era fiscal da Receita. Perguntou-me: o que está acontecendo aqui? Eu disse que não sabia, pois estava chegando e indaguei a que ele se referia.

Disse-me: faz uns trinta dias que todas as tardes de expediente bancário recebemos uma montanha de Darfs, pagamentos feitos pela mesma pessoa, mas referente à empresas daqui. Disse ainda, que os BDAs (Boletins Diários de Arrecadação), naquele mês, encheram dois malotes para enviar para a ARF da jurisdição.

Já à tarde, no “escritório”, o contador me entregou alguns documentos das empresas a serem fiscalizadas. Mas o importante e que chamou minha atenção, foi a quantidade de “pastas” (cerca de 160), contendo as DIPJs e os Darfs de empresas. Todos os Darfs tinham data de pagamento nos últimos quarenta dias e, com certeza, ultrapassavam três mil documentos.



A Agência da Receita ficou surpresa com a quantidade de BDAs, a arrecadação da DRF deu um salto, o Delegado me chamou e perguntou o que eu tinha feito. Conteí-lhe a história. Logo em seguida propus ao chefe da Safis fazermos em outras cidades, nos escritórios de contabilidade, algo semelhante, em que apenas chegássemos nos escritórios, solicitássemos todos os carimbos de CGC das empresas pelas quais eram responsáveis, dando certo prazo para que apresentassem as DIPJs e os Darfs dos tributos federais, de um determinado período de anos.

Naquele tempo não existia um controle de arrecadação, um contador. Somente com o trabalho presencial saberíamos quem estava recolhendo em dia. Assim foi feito. Fizemos grupos de dois fiscais, visitando os escritórios contábeis de quase todos os municípios da jurisdição da DRF (cerca de 130), em que carimbávamos o CGC em folhas, tirávamos cópia, e elaborávamos uma “intimação” para que em vinte dias apresentassem o solicitado. Denominamos os trabalhos de “Operação Carimbo”. Após o prazo comparecíamos no escritório e conferíamos as informações. Nas primeiras operações não verificávamos a “exatidão” dos valores recolhidos, apenas as competências. Como encontrávamos muitos “chutes” (recolhimento de qualquer valor, aleatório) começamos, também, a conferir as bases de cálculo. Aqui, teria outra historinha sobre os Darfs frios apresentados, inclusive caso de representação.

Os resultados foram tão animadores e a coisa era tão simples de implementar, que nas cidades maiores até o chefe de Arrecadação da DRF ia junto, ficando na Agência local já para formalizar os pedidos de parcelamento. Mais tarde, em razão do conhecimento da “operação carimbo” pela Superintendência e outras DRFs, foi criada, então, a Cobrança Administrativa Domiciliar (CAD).

O descrito é verdade e dou fé.



Terceiro Lugar

Um toque do sobrenatural

Paulo Regis Arcanjo Paulino

SRRF/03RF

Três anos já haviam se passado desde a unificação do fisco tributário e previdenciário, estabelecida pela Lei 11.457/2007. Entretanto, em muitos aspectos, informações e procedimentos relativos àquelas matérias ainda permaneciam estanques, insistindo em compor searas diversas dentro da nova Receita Federal do Brasil. Dificuldades em unificar os sistemas informatizados e os inúmeros normativos das duas áreas, além da árdua tarefa de conseguir com que os conhecimentos fossem compartilhados entre os colegas oriundos das distintas instituições, isso tudo representava o continuado desafio de fazer com que a fusão legal se consolidasse, pragmaticamente, num único aparelho administrativo tributário para o país.

Dentro desse contexto, enquanto servidor originado da Secretaria da Receita Previdenciária, eu continuava, eventualmente, prestando “consultorias” sobre aspectos da contribuição previdenciária aos colegas da antiga Secretaria da Receita Federal, até mesmo quando o assunto não estava diretamente relacionado à minha então atividade. A esta altura, estava exercendo a função de Chefe da Divisão de Interação com o Cidadão (Divic), na Superintendência Regional da 3ª Região Fiscal, em Fortaleza.

Foi quando no meio de uma manhã em que me debruçava sobre os dados gerenciais do Sistema SAGA, procurando visualizar a situação em que se encontravam naquele momento as Unidades de Atendimento da Região,



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

fui chamado ao Gabinete da Superintendência a pedido de um dos Superintendentes-Adjuntos, às voltas com uma contribuinte em desespero. Tratava-se de uma senhora, talvez não tão velha quanto sua desgastada aparência sugeria, proprietária de uma pequena empresa em Fortaleza, mais especificamente uma escola de dança. Sua empresa havia recebido um aviso de cobrança referente a um débito previdenciário: a famosa Intimação para Pagamento (IP) de um débito confessado em GFIP. A senhora já havia buscado informações no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), onde fora informada sobre a origem de seu débito e os procedimentos necessários para regularizá-lo. A questão foi que a contribuinte não se conformava com a pendência e, certa de que havia algum erro por parte da RFB, buscou imediato recurso na instância mais próxima onde ela imaginava que poderia encontrar refúgio para sua contestação: a Superintendência.

Imagino que esta situação seja bastante comum em qualquer localidade em que a Superintendência Regional é sediada no mesmo prédio onde funciona o CAC. Alguns contribuintes inconformados ou que não compreendem as orientações recebidas na Delegacia seguem direto ao elevador que pode os levar à Superintendência. Ali então é comum cruzar pelos corredores com certos contribuintes com ares de assustados, revoltados ou duvidosos, em busca de uma boa notícia. Nesses casos, uma vez que somos abordados, procuramos sempre ouvir o relato de cada contribuinte, prestar-lhes as informações adicionais e, se for o caso, como a Superintendência não atua como unidade executora, fazer algum encaminhamento necessário.

Foi assim, com o intuito de bem atender àquela senhora, em flagrante desespero, que nossa Superintendente-Adjunta solicitou-me prestar mais esclarecimentos sobre o caso, já que envolvia a tal da contribuição previdenciária, com seus sistemas pouco amigáveis, e eu era um dos poucos servidores experientes no assunto lotados na Superintendência. Dessa forma, preferi levar a senhora à minha sala onde poderia consultar a situação da



empresa nos sistemas para uma melhor orientação. Sai então em companhia daquela ex-professora de balé clássico, agora com a mente em piruetas com a notícia de que estava devendo à Receita Federal.

Tão logo a senhora começou a explicar-me sobre seu caso, ressaltou que estava certa de um erro por parte da RFB e, embora tivesse aparência frágil, tornou-se vigorosa ao enaltecer sua honestidade, sua formação cristã e seu valor à retidão dos atos. Enquanto ouvia seus comentários e, obviamente, aquiescia, busquei no computador o ambiente informatizado Plenus, com seus sistemas Aguia e Sicob, para uma pesquisa da situação fiscal previdenciária da empresa. Bem, de fato não havia dúvidas, o aviso de cobrança recebido dizia respeito a valores previdenciários devidos pela empresa conforme declaração transmitida em GFIP. Procurei explicar-lhe calma e detalhadamente como se apurava esse tipo de débito, destacando o fato dos valores terem sido informados pela própria empresa. Aqui, mais um detalhe: uma parte do débito referia-se a valores descontados de segurados empregados, configurando, inclusive, uma prática de apropriação indébita por parte da empresa. Ao ouvir isso a pobre mulher quase caiu em prantos. Recomendei que a senhora procurasse o contador da empresa para auxiliar na regularização, seja por pagamento ou parcelamento, ou até mesmo para analisar se os dados informados em GFIP estavam, de fato corretos. Entretanto, mesmo que tentasse explicar tudo de uma forma mais didática e compreensível, a mulher estava decidida a não se convencer. Passou a contar seus problemas, sobre como a academia de dança houvera sido famosa no passado, que hoje pouca gente se interessava pelo balé. Depois contou que foi acometida por um câncer agressivo, estando ainda em tratamento, tendo a escola ficado sob a administração de seu marido. Esse, por sua vez, sofria de depressão e nunca havia sido um homem organizado, etc, etc.

Bem, pelo relato de nossa sofrida empresária, seria fácil para qualquer um perceber que a administração de seu negócio não vinha mesmo muito bem dirigida, justificando claramente o surgimento de pendências com a



RFB. Imaginei o quanto de problemas poderiam existir com outros fiscos e órgãos reguladores. E, como diante de fatos não há argumentos, a senhora ensaiou um convencimento sobre sua dívida. Entretanto, agora suplicava-me que considerássemos seus problemas e arranjássemos uma solução mais favorável, pois não teria condições de arcar com aquele débito, nem ao menos com a prestação de um parcelamento, conforme o cálculo aproximado que lhe informei. Confesso que minha paciência, virtude que considero dispor até em boa conta, estava já a esgotar-se diante da extensão daquela conversa. Disse-lhe que, infelizmente, a condição de dever ao Estado não apresentava espaço para negociação, a não ser por medidas legais. Para não gerar mais lamentações, decidi nem lhe contar sobre o parcelamento especial, na época, recém-lançado pelo governo, uma vez que o prazo de adesão já havia encerrado. E enquanto repetia para que ela buscasse auxílio de um profissional contabilista, movimenter o corpo no sentido de despedida, forçando a que ambos nos levantássemos. Nesse momento aconteceu um dos fatos mais pitorescos que já vivi no trabalho. A senhora levantou-se e deu-me a mão (a minha já estava estendida esperando!) e falou apontando para minha estação de trabalho:

- Você vai ver, vou rezar muito para Nosso Senhor apagar isso que está aí no computador.

Embora tenha achado engraçado o comentário, procurei manter a seriedade e retruquei, talvez sem conseguir esconder uma pitada de cinismo:

- Minha senhora, não seria melhor rezar para que seu negócio volte a prosperar e assim liquidar sua dívida? Talvez fosse mais fácil...

Ao concluir essa fala, confesso ter sentido uma pontinha de remorso pelo ceticismo levantado quanto ao poder divino, certamente em consequência de minha formação cristã arraigada, naquele momento vencida pelo racionalismo científico. Meu sentimento foi reforçado pelo olhar silencioso que a mulher me lançou enquanto agradeceu-me, deu as costas e



seguiu seu rumo. Voltei a sentar-me enquanto pensava naquele jargão que sempre nos vem à cabeça nessas horas: “é cada uma que me aparece!” Neste momento, ao tocar no “mouse” para apagar aquela sequência de telas escuras do Plenus e voltar aos meus afazeres, puff! O computador desligou-se. De imediato fiz uma relação com o que a senhora tinha falado e ri-me sozinho da coincidência, embora com aquela pontinha da culpa reacendendo. Para piorar, não consegui fazer o computador voltar a ligar. Isso mesmo, primeiro no botão de “liga/desliga” e nada. Depois o botão de “reset”. Tirei e repus os cabos de força da tomada elétrica. Os cabos de rede... Não adiantou, nada ligou o computador. A esta altura não conseguia parar de rir sozinho daquela situação inusitada, uma coincidência, é claro... Será? Bem, o fato é que fiz um chamado para que a Central de Serviços enviasse um técnico para consertar o computador. Cerca de quinze minutos depois, com a chegada do técnico, esse ligou normalmente a máquina que voltou a funcionar. Seu diagnóstico para o defeito: - Isso acontece, são coisas da informática!

“Há mais mistérios entre o céu e a terra do que sonha nossa vã filosofia”. Com esse famoso ditado encerro a história para dizer que acredito nos mistérios sim, talvez não consiga enxergar seus sinais. Mas bem antes dos mistérios está a nossa capacidade concreta de servir, de dar uma atenção cuidadosa ao cidadão que nos procura e, no caso de servidores públicos que somos, isso está no fundamento de nossa atuação. Tentei fazer isso o melhor que pude com a senhora do balé e a ela dedico meu pensamento agora para que esteja bem e que tenha conseguido uma boa solução para sua saúde e seu negócio.

Confesso aqui mais uma coisa: logo depois do acontecido com o computador, tive vontade de consultar novamente o débito da senhora, mas o senso do ridículo impediu-me. Ou terá sido medo? E se o débito tivesse mesmo sumido?



Menção Honrosa

A chave da questão - anos 90

Walter Furmann

SRRF/09RF

O ônibus de turismo retornava de Foz do Iguaçu para uma das capitais brasileiras quando foi selecionado por amostragem para vistoria de rotina da Receita Federal, denominada “pente fino”, numa barreira montada no Posto Fiscal Bom Jesus em Medianeira, município localizado no estado do Paraná.

Essa modalidade, temida pelos contraventores, consistia numa verificação minuciosa de passageiros, bagagens e do veículo. O ônibus estacionou e os passageiros foram instruídos a retirar suas bagagens e pertences e a passar pelas bancadas de vistoria, sendo constatada pelos fiscais uma situação de regularidade.

Antes da liberação do ônibus para embarque dos viajantes e sequência da viagem, durante o processo de busca no interior do veículo, foram encontrados pelos aduaneiros aproximadamente três ou quatro manuais e cabos soltos de equipamentos, praticamente sem nenhum valor, que não combinavam com nenhuma das mercadorias examinadas e liberadas aos passageiros durante a fiscalização de bagagens.

Os responsáveis pelo ônibus informaram que aqueles manuais e cabos deviam ser sobras esquecidas de outra viagem, pois não pertenciam aos seus passageiros. Os fiscais, não satisfeitos com a explicação, passaram a procurar pelas mercadorias correspondentes em todos os locais possíveis e por sinais de ocultação no veículo, mas sem sucesso.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Pairavam dúvidas no ar que, em tese, seriam dissipadas após a abertura de um dos compartimentos fechados do ônibus, cujos parafusos apresentavam leves sinais de terem sido mexidos. E para agilizar o procedimento foi solicitado ao motorista o empréstimo de uma das chaves da caixa de ferramentas existente no próprio veículo. O compartimento foi aberto, sendo verificado que estava vazio e não havia sinais de utilização para fins de ocultação. De evidente restaram apenas os olhares de censura e os sorrisos amarelos daqueles motoristas aparentemente prestativos, que pareciam gritar em suas mentes: “Estão satisfeitos agora?”

Ao devolver e agradecer pela ferramenta emprestada, um dos fiscais percebeu que no estojo estava faltando uma das chaves. O motorista tratou de fechar rapidamente a caixa, mas o atento servidor havia memorizado qual peça faltava e, também percebeu certa pressa do tripulante. Ao serem indagados sobre a falta, os motoristas responderam que haviam recebido as ferramentas daquela forma, antes da viagem.

Os agentes do fisco trataram, então, de buscar em seus equipamentos uma chave do tamanho da peça faltante e testaram em alguns parafusos da estrutura do veículo e identificaram três locais possíveis nas tampas do assoalho do coletivo, que estavam presas por parafusos daquele calibre, que não apresentavam sinais de terem sido mexidos. Pela primeira vez na história aqueles agentes do fisco buscavam por parafusos da chave e não a chave dos parafusos.

Abriram, então, os compartimentos e para espanto dos motoristas e surpresa de todos, foram descobertos três grandes depósitos repletos de sofisticadas e valiosas calculadoras, minitelevisores e câmeras filmadoras. Aqueles poucos manuais e cabos encontrados inicialmente eram idênticos aos encontrados ocultos junto a centenas de equipamentos acondicionados em papel bolha.



As mercadorias e o veículo foram apreendidos e levados ao depósito da Receita Federal, em Foz do Iguaçu, para aplicação da pena de perdimento e os motoristas foram presos e conduzidos à autoridade policial competente para autuação em flagrante delito pelo crime de descaminho.

Desistir passou a ser uma palavra evitada por aqueles fiscais, que em suas rotinas passaram a dar devida importância aos detalhes, que podem ser decisivos para a descoberta da chave de uma questão.

Ressalte-se que a chave faltante, propriamente dita, nunca foi encontrada.



Menção Honrosa

Gotas açucaradas

Altair Sampaio Castellano

Aposentada – DRF Santo André/SP

A comprovação indiscutível

Contar “História de Trabalho da Receita Federal” não exclui, evidentemente, certas situações que poderiam se enquadrar, não como “História de Trabalho”, mas sim, como “Anedotário de Trabalho”. Acredito que seriam muitas. E para relembrar... Eis algumas delas.

Iniciei minha carreira de Fiscal do Imposto de Renda, na Delegacia de São Paulo, trabalhando, isto lá pelos idos da década de 1950, na Seção de Reclamações e Recursos (RR), na apreciação de processos fiscais. Entre eles houve um, referente à pessoa física, em que intimei um contribuinte a comprovar o abatimento sobre “encargos de família” pleiteado e glosado em importância um tanto elevada, e por não terem sido discriminados no campo próprio da declaração de rendimentos.

Qual a minha surpresa quando, para atender à intimação vejo, diante de mim, num corredor formado entre as mesas de trabalho dos meus colegas, uma fila enorme de crianças entre dois e quatorze anos de idade, vestidinhas como se fossem a uma festa e muito bem comportadas. Eram lideradas por um homem simples, relativamente moço, que se apresentou a mim, dizendo:



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

- Olha aqui, minha senhora, eu sou um homem honesto; não costumo enganar a ninguém! A senhora me intimou a comprovar meus encargos de família, e aqui estão eles. Voltando-se para o primeiro da fila e antes que eu pudesse dizer qualquer coisa, foi enumerando: este é o João, o Alberto, a Maria Aparecida, a Alice, a Ana, o Claudinho e a Claudinha, eles são gêmeos e o Francisco, nós o chamamos de Chiquinho.

Tratava-se de uma comprovação física indubitável. O meu problema foi não poder anexá-la ao processo como peça comprobatória e convencer àquele homem simples, porém de uma praticidade única, de que, nem sempre, o caminho curto é o mais recomendável.

Pergunta indiscreta

Em outra ocasião, ajudando a um rapaz a preencher a sua primeira Declaração de Rendimentos, (isto depois de ter colocado em ordem toda a documentação referente à receita e aos abatimentos admitidos por lei), no item sobre a informação de “sexo”, ele, já um tanto nervoso e indignado pela recusa de alguns documentos, disse:

- Até isto eu preciso informar? A Senhora não acha que está sendo indiscreta? Não costumo comentar minhas intimidades com ninguém.

Confesso que fiquei encabulada quando tive que esclarecer, com muito recato, que não se tratava daquilo.

Uma propina irrecusável

Certa vez, em um plantão fiscal, um velhinho, usando uma bengala e vestido elegantemente, dirigiu-se a mim com uma lista de pedido de



esclarecimentos fiscais. Dei todo o atendimento e ao se despedir, ele tirou de um bolsinho externo da calça uma moedinha, dizendo carinhosamente:

Isto é para você comprar uma bala ou um docinho. Pegou minha mão, delicadamente, abriu-a e nela depositou uma moeda.

Penso que era o que ele sempre costumava fazer com sua netinha, quando ela lhe fazia algum agrado. Fiquei emocionada com aquele gesto. Lembrei-me da minha infância e de meu pai. Esta foi a única vez na minha vida que aceitei uma propina. Não tive como recusar.

Uma babá de luxo

Nos primórdios da Receita Federal, entre os anos de 1944 e 1945, a Delegacia do Imposto de Renda, em São Paulo, situada na rua Florêncio de Abreu, era uma repartição com um número de funcionários relativamente pequeno, e, talvez por isso mesmo, havia um maior relacionamento entre eles. Era quase uma família. Tinha até uma cozinheira, D. Conceição, paga pelos funcionários, que fazia o almoço para aqueles que assim desejassem, e principalmente para aqueles que faziam certa dieta ou regime. Havia também os contínuos. Funcionários encarregados de, não só limpar as salas e o gabinete do Delegado, como também de ajudar a fazer outros pequenos serviços (hoje, acredito que esta natureza de trabalho seja desempenhada por funcionários de empresas terceirizadas). Talvez, devido a esta convivência amistosa, foi um tempo em que aconteceram muitos casamentos entre colegas. Entre eles, o meu com Afonso Castellano, que então desempenhava a função de Chefe da Seção de Revisão (Re).

E por falar em casamento, o convite era colocado no Livro do Ponto. Todos, sem nenhuma exceção, eram convidados. Contava-se com a presença do Delegado, Chefes de Seção, colegas e também do Michelin e do Miranda



que desempenhavam as funções de contínuos. Estas figuras não podiam faltar. O Sr. Miranda, alegre e prestativo, trabalhava cantarolando algum samba da época, e o Michelin, homem gordo, bonachão, simples e puro, estava sempre disposto a atender a qualquer pedido, partindo esse, do Delegado ou de funcionário. Ele não fazia nenhuma diferença. Para ele, todos eram iguais.

Pois bem, em um desses casamentos entre colegas, na igreja, lá estava o Michelin acompanhado de sua filhinha, uma menina de uns dois anos. Ele estava em pé, ao lado do subdelegado. A menina estava sentada na ponta de um banco. Em dado momento, não se sabe o porquê, o Michelin virou-se para o subdelegado e lhe cochichou:

- O senhor me faz o favor de olhar minha menina, eu preciso sair.

Sem qualquer outra explicação, foi embora.

Foi quando o subdelegado foi promovido à babá da filhinha do Michelin.

O velho Cabral

Como em quase todas as cidades, existem certos tipos característicos, que dão a elas, além da graça, uma parte de sua própria história. A cidade de Santo André não podia fugir à regra. Na década de 1960, vagava pelas suas ruas centrais, um velho, magro, sujo e maltrapilho, ostentando na lapela de um surrado paletó, várias medalhas feitas com tampinhas de cerveja. Era, como ele próprio se chamava, o Sr. Cabral, o descobridor e dono do Brasil. E como tal, a Delegacia do Imposto de Renda em Santo André, era de sua propriedade. Quando ele conseguia entrar no seu recinto, comportava-se



como o seu maior dirigente, reclamando de tudo e de todos. Dirigia-se aos funcionários, em altos brados:

- Seus vagabundos, incompetentes, ladrões, filhos da mãe...

E assim por diante. O difícil mesmo era colocá-lo para fora, pois quem se aproximasse dele, era recebido a pontapés. A única pessoa a quem ele atendia era eu. Com carinho o convidava par tomar um café no bar em frente e lhe dava um dinheirinho. Ele aceitava, mas dizia:

- Você é uma boa menina! Mas o seu pai é um sem vergonha, um ladrão, um idiota que não vale o que come... Pena que você é filha dele e não minha.

- É isto mesmo. O senhor tem toda a razão, respondia eu.

Sempre pedi perdão a meu pai, mas não podia discordar do Sr. Cabral, sob pena de perder a sua amizade, e deixar de existir alguém que o convencesse a se retirar da sua propriedade.

O tiro saiu pela culatra

Existem pessoas que, quer pela sua personalidade, quer pela sua própria presença e dotes pessoais, deixam impressas em nossas lembranças suas marcas registradas.

Uma delas foi do Dr. Bráulio, Delegado do Imposto de Renda em São Paulo, mais ou menos lá pelo ano de 1950. Ele já impunha respeito não só pelo seu porte atlético, como também pela maneira autoritária quando se dirigia a um funcionário. Existia, todavia, uma particularidade que, não fosse a sua autoridade, poderia ser objeto de brincadeiras. Ele era gago ao manter uma conversação com alguém. Quando discursava, no entanto, as palavras



fluíam normalmente e ele podia mostrar, então, o seu dom da oratória com muita ênfase.

Outro, sem dúvida, foi o colega Josué que era conhecido como o humorista número um da repartição. Ninguém ficava sério ao seu lado, pois tinha sempre uma piada nova para contar e a contava com muita graça. Além disso, fazia imitações tão perfeitas e colocava apelidos nas pessoas com tanta propriedade, que era impossível não as identificar.

Pois bem, certa vez, logo depois do encerramento do expediente, o Josué pensando que o Delegado já havia se retirado e que apenas o contínuo estivesse fazendo a limpeza da sala, ligou para o Gabinete e imitando a gagueira do Dr. Bráulio, quando foi atendido, foi logo dizendo:

- O...o... que.. o Se..se..nhor está fa..fa..fazendo no me..meu ga..ga..binete? Quem lhe de..deu or..o..dem?

Do outro lado da linha, o próprio Delegado, Dr. Bráulio, respondeu:

- E..e.. quem é..e.. que es..tá fa..fa..lando aí? A..aqui quem fa..fa é o De..de..le..gado. Quem..é vo..vo..cê?

Não deu outra! Josué desligou o telefone e “pernas pra que te quero”; desceu três lances de escada sem olhar para trás e logo se viu livre de qualquer culpa quando ganhou a calçada da rua.



Histórias
Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

A almofada

Alcione Sortica
Aposentado - SRRF/10RF

Processamento das declarações de Imposto de Renda Pessoa Física, antes do advento dos disquetes, CDs e outras melhorias:

Nos primórdios do SERPRO, lá pelos idos dos anos 70, as declarações eram separadas em lotes e os documentos, num primeiro momento, digitados, um a um e gravados em fita. Em seguida, eram geradas listagens das declarações que apresentavam problemas para os acertos necessários. Numa dessas ocasiões, aqui na 10ª RF, tudo certo, faltavam apenas um lote para os devidos ajustes. Buscam daqui, procuram dali, e nada! O lote havia desaparecido como por encanto.

Dias de procura, horas perdidas e do malfadado, nem rastro. Até que o chefe, já com a paciência nos limites, mandou parar tudo, e os funcionários, sem exceção, ficaram incumbidos de uma devassa geral. Nesse momento, o milagre ocorreu! Numa das cadeiras, ocupada por uma funcionária baixinha, lá estava o pacote.

Ela o colocara ali, inadvertidamente. Servia de almofada para que tivesse melhor acesso ao trabalho. Retirado, ainda quentinho, foi logo açambarcado por mãos ávidas, para os devidos encaminhamentos.



A caranha do IPI

Agenor Pauliner Vilela

DRF Goiânia/GO

Aconteceu em 1997. Eu era chefe da Agência da Receita Federal de Gurupi, no Estado do Tocantins. Gurupi é uma cidade universitária, com predomínio de atividades agropecuária, no sul do estado, às margens da Rodovia BR 153, que fica entre dois grandes rios; o Tocantins, a leste, e o Javaés, ao oeste, esse contorna a ilha do Bananal. Ambos têm vários outros afluentes caudalosos, todos muito piscosos.

A Agência da Receita Federal em Gurupi tem como circunscrição dezesseis municípios, alguns se localizam há mais de duzentos quilômetros de distância, dentre eles a cidade de Palmeirópolis.

Era uma sexta-feira à tarde, quando recebi uma ligação de Palmeirópolis. Tratava-se de uma consulta sobre a aquisição de veículo para táxi com a isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). O consulente perguntou-me se eu gostava de caranha, respondi-lhe que adorava. Caranha é um peixe de escamas que pode chegar a pesar quinze quilos. Caranha assada é um prato muito apreciado na região, todavia, desconfiei da intenção do meu interlocutor. Disse-lhe que embora apreciasse o pescado, nós servidores públicos éramos proibidos de receber qualquer tipo de mimos. O consulente que não era o próprio interessado na aquisição do táxi com isenção e sim um procurador, continuou a insistir que a senhora, a interessada, fazia questão de enviar-me o peixe, que ela iria providenciar um bem grande, que seria pescado no Tocantins, pois a caranha desse rio é muito especial, não tem gordura, porque o rio desce do Planalto Central, com



muitas correntezas, exigindo dos habitantes da fauna aquática grandes esforços físicos.

Diante do interesse em persuadir-me para aceitar o tal suborno, em forma de peixe, expliquei-lhe que de nada adiantaria aquele “presente”, uma vez que a nossa Agência apenas formalizaria o processo, instruindo-o, após isso iríamos encaminhá-lo à Delegacia em Palmas, onde outros servidores iriam analisar o suposto direito de isenção, podendo deferi-lo ou não.

Passada cerca de uma semana, por volta de meio-dia e meia, quando quase todos os colegas já haviam saído para o almoço, a Agência encontrava-se fechada. Alguém batia com muita insistência na porta. Ainda estava na Agência o colega João de Deus, um servidor prestimoso, de grande capacidade, que não media esforços para cumprir toda demanda relativa ao ITR (Imposto Territorial Rural). Ademais, o Joãozinho era exímio mediador, pedi-lhe que atendesse a porta e reportasse àquele contribuinte que o expediente recomeçaria às 14 horas.

Após alguns minutos, retorna o Joãozinho e me diz: é um senhor lá de Palmeirópolis e quer lhe entregar uma caranha. Nisso o contribuinte já se encontrava dentro do gabinete atrás do meu colega, portando em suas mãos um peixe. Ao ver aquela cena, o meu sangue “ferveu”, fui logo lhe dizendo:

- Olha, o senhor é muito insistente. Estou saindo para o almoço, o senhor não pode nos presentear, já lhe disse e reiterno, isso é crime! Quando eu voltar atendendo o senhor, mas não quero ver nenhum peixe por aqui, estamos entendidos?

Ao retornar do almoço, lá estava o portador do peixe esperando para falar comigo, com os papéis em mãos, dirigiu-me a palavra de forma solene e com humildade, disse-me que apenas gostaria de me agradecer, pois trouxe aquele peixe de muito longe, não tinha o que fazer com ele, mas para que eu não me preocupasse, pois já havia dado um destino ao cadáver do animal.



Depois disso recebi os formulários, formalizamos o processo e o encaminhamos a Palmas.

As agências da Receita Federal, normalmente têm uma demanda, contrapondo com seu quantitativo de servidores, que invariavelmente é insuficiente. O chefe quase sempre fica horas após o turno, adentrando a noite, despachando processos. Naquele fatídico dia, fiquei até às 20:30, notei um cheiro diferente... não podia ser! Mas era o peixe do IPI, já em início de decomposição.

Embora tivéssemos aparelhos de ar condicionado, isso não era o suficiente para vencer os 42° daquele eterno verão. Olhei em volta, atrás da porta do gabinete, tamanha foi a surpresa, lá estava o “presente”, uma caranha semidecomposta de quase quinze quilos.

Passados noventa dias, recebi uma ligação telefônica de Palmeirópolis, era ele. Muito furioso, disse-me que o processo tinha sido indeferido, e que não havia sido fácil encontrar uma caranha daquele tamanho. Que desfeita, hein - Finalizou.



A primeira fiscalização ninguém esquece

Melito de Jesus Ramos Campos

DRF Campinas/ SP

Meu primeiro trabalho realizado na Secretaria da Receita Previdenciária, atualmente Receita Federal do Brasil, foi junto a um Supermercado, para cuja ação fui indicado com outra colega orientadora.

Pois bem, chegamos ao estabelecimento eu e minha colega. Como estratégia, começamos a passear pelos corredores do supermercado como quem estivesse apenas coletando preços, mas impecavelmente bem vestidos, com pasta 007 e sem o carrinho de compras. Depois de alguns minutos, lógico, alguém desconfiaria das intenções daquela dupla e, mais lógico ainda, esse alguém se aproximaria para perguntar se precisávamos de ajuda. Foi quando nos apresentamos como fiscais da Previdência Social e dissemos que estávamos iniciando um trabalho de auditoria fiscal.

Pronto! De repente começou uma correria dentro da loja, um apavoramento, muitas pessoas retirando o avental de funcionário, outras pegando carrinho de compra como se fossem clientes. O interessante é que a partir daquele momento não conseguimos ver mais nenhum funcionário dentro da loja, mas o tino fiscal nos dizia que algo estava errado.

Questionamos ao gerente sobre quantos funcionários trabalhavam lá e ele disse que eram só ele, a esposa e mais a menina do caixa - essa não teve como sair - pois estava atendendo. Só que, naquele momento, nós já havíamos catalogado, visualmente, muitos outros trabalhadores. Como quem nada quer, pedimos para visitar os departamentos da loja e, enquanto a colega verificava o movimento interno eu fui para os fundos, pois notei uma



correria para lá. Perguntei ao gerente se não havia ninguém lá nos fundos, e ele, certo de que todos já estavam devidamente acomodados, disse-me que não havia ninguém, mas que eu poderia ir verificar.

Chegando próximo a um dos banheiros, não sei o que ocorreu, alguém dos escondidos começou a cochichar e dar risada. Imediatamente, várias outras pessoas começaram a dar risadas baixinho para ninguém observar. Eu cheguei ao lado da referida porta e pensei: porta não fala! Nem cochicha! Nem ri! Posicionei-me e fiquei escutando os sussurros... e o gerente estava vermelho como uma maçã “colombiana”. Subitamente, bati na porta com força para ver a reação e, para minha surpresa, um banheiro em que mal cabiam três, naquele momento acomodava oito pessoas. Eu pedi para que saíssem um por um e, juntamente com a outra colega, coletamos seus dados, pois sabíamos que estavam todos trabalhando sem registro.

Naquele meu primeiro trabalho conseguimos apurar mais de quinze funcionários trabalhando sem registro. Os orientamos sobre os riscos de se trabalhar sem a proteção da Previdência Social e lavrei meu primeiro auto de infração. Foi um início bem marcante e cheio de emoções. O dono do supermercado deve estar me xingando até hoje, mas... faz parte!



A vitamina

Alcione Sortica

Aposentado – SRRF/10RF

O contato diário com o contribuinte, igual quem trabalha continuamente com pessoal, dá margem a uma série de situações, as mais impensáveis possíveis.

Há momentos de tensão, natural quando alguém fiscaliza outrem, exigindo cumprimentos de deveres nem sempre claros, baseados numa legislação pra lá de intrincada. Fiscalização de impostos: um exemplo típico.

Amiúde, permanecem na lembrança as situações difíceis, nem sempre bem lembradas, e as jocosas, hilárias, geralmente comentadas, mesmo muitos anos após a aposentadoria.

Vamos, portanto, a um desses casos, esquecendo as passagens tristes e omitindo os nomes verdadeiros, por uma questão de ética.

Na nossa lembrança, aquele contribuinte de pequena estatura, excessivamente magro, conversando sem acessar ao redor da nossa dupla de fiscais do extinto Departamento do Imposto de Renda, lá em Pelotas/RS, nos bons anos 70. Contava tudo que lhe vinha à cabeça, pois, apesar de fiscalizado, procurava atenção, próprio de pessoas carentes.

E dizia:

- Sou magro assim desde criança. Um chato para comer. Minha mãe passou trabalho comigo. Que Deus a tenha! Mas, sabem, agora há pouco descobri um remédio especial para fortalecer o vivente.



O colega, levantou os olhos da papelada e, querendo ser gentil, perguntou:

- Receita médica?
- Não, indicação de um amigo.
- O senhor toma sem receita?
- Sim, adquiro na veterinária.
- Veterinária?

Meu colega, interrompeu o trabalho e fitou-o perplexo. Repetiu:

- Na veterinária, mesmo? Que remédio é?
- Uma vitamina própria para cavalos! De corridas, sabe? Até o pelo fica lisinho. E o animal, um foguete!
- E o senhor não tem receio dos efeitos colaterais? Os organismos são bem diferentes. Um quadrúpede para um ser humano. Além disso, uma dose cavalar... Desculpe!
- Não fique preocupado. Tomo dose para cachorro...



Bons colegas valem por uma carreira

Paulo Roberto Gomes de Jesus

DRF Anapólis - GO

Ano de 1996, mês de junho, eu não tinha completado oito meses de casa. Sou do concurso de 1994 e tomei posse em novembro de 1995. Recém-saído da universidade e descobrindo o maravilhoso mundo do serviço público, tive a grande boa sorte de ser lotado na Ditec/DRFBSA-DF, no setor de Malhas, com colegas de ótima conduta e de excelente caráter, onde passei por uma experiência que serve até hoje de guia para atender os contribuintes.

Naquele tempo, o trabalho de malha da Ditec incluía parâmetros de despesas com dependentes, instrução e médicas. Num dia compareceu à nossa sala um contribuinte intimado para comprovar as despesas com instrução. Apresentou os recibos, porém se tratavam de despesas com o neto dele do qual não tinha o termo de guarda judicial. A colega que o atendeu informou que a legislação não permitia e que o valor das despesas seria glosado na sua declaração.

O contribuinte se indignou e começou a discursar que aquilo não era possível, porque quem pagava as contas era ele e o governo não o deixava ajudar a própria filha, etc. Eu, novato naquela época, fiquei paralisado diante a situação e não sabia o que fazer. Ouvi a bronca do contribuinte sem esboçar qualquer reação. Na ocasião, olhando em volta, percebi que os colegas não se abalaram com o que estava acontecendo, os quais permaneciam inertes, concentrados nos seus afazeres. A cada frase o contribuinte procurava alguém para direcionar suas ideias. Quando ele me encarou, eu também voltei a olhar para as minhas declarações. Esgotado o discurso, o contribuinte se aquietou e a colega informou o resultado da glosa,



salientando que qualquer alteração da legislação do IRPF nessa matéria é feita pelo Congresso Nacional.

Ele aceitou o resultado e se levantou. Antes de chegar à porta, dirigiu-se a todos e pediu desculpas pelo desabafo, esclarecendo que compreendia a nossa posição, pois estávamos apenas cumprindo ordens. Após sua saída, falei para meus colegas como fiquei em pânico com o que tinha acontecido. Aí me explicaram que devo fornecer as informações pedidas e não discutir, deixar o contribuinte falar e desabafar sem interrompê-lo. No fim, ele fica mais calmo e o atendimento termina normalmente.

Para o público eu sou a Receita Federal. Porém, eu tenho que me comportar e deixar claro que o atendimento é impessoal. A partir daquele dia, sempre uso esse procedimento no atendimento ao público. Eu recomendo essa técnica.

Os referidos bons colegas são: Rita de Cassia, Sueli Pereira, Rosa Angélica, Rosângela Ferreira, Conceição Torres, Ilmar Fernandes e Roberto Brasil.



Da nova consolidação à (super) receita. Uma breve história

Roberto Nobrega de Almeida

Aposentado – DRF Campinas/SP

Este relato foi redigido para o Centro da Memória da Receita Federal Brasileira, com o objetivo de registrar e oferecer aos novos colegas parte da história da Instituição em que trabalham e, principalmente, para que dela se orgulhem como o redator que, sempre se orgulhou de integrá-la. Como toda história, esta também tem começo, meio e fim.

E, assim, iniciamos por dizer que ingressamos no serviço do Ministério da Fazenda em janeiro de 1964, por meio de concurso público para a carreira de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, realizado pelo DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público, órgão que, à época, selecionava o pessoal para ingresso na administração federal. Merece destacar-se que o concurso referido foi o primeiro realizado pelo DASP para ingresso naquela nova carreira (criada em 1960), selecionando cerca de 350 candidatos que, nomeados, foram distribuídos às repartições do sistema aduaneiro brasileiro e dentre os quais, muitos obtiveram expressivo destaque na Receita Federal, inclusive um que chegou a ocupar o cargo de Secretário da Receita Federal (Dr. Adilson Gomes de Oliveira).

Este escrevinhador foi lotado na Alfândega de Paranaguá/PR, aduana existente desde os tempos do Império, que tinha como repartições subordinadas as Mesas de Rendas Alfandegadas de Antonina e Foz do Iguaçu.

Em janeiro de 1964, entramos em exercício efetivamente, sendo muito bem recebidos pelo inspetor, o saudoso Túlio Lapagesi de Pinho, exemplo de



servidor público, cidadão e chefe de família, que conhecia como poucos (viemos a saber depois) a legislação aduaneira, principalmente a NOVA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DAS ALFÂNDEGAS E MESAS DE RENDAS DA REPÚBLICA, a célebre “NCLAMRR”.

Registre-se, neste ponto, que a NOVA CONSOLIDAÇÃO era, naquele tempo, o principal instrumento legal de trabalho nas aduanas brasileiras, tendo sido editada, ainda no tempo do Império, pelos Decretos 2.647/1.860 e 6.272/1.876 e mandada executar por uma Circular de 24/04/1885.

Sabe-se inclusive que, curiosamente, a “NOVA” Consolidação fora feita por um funcionário aduaneiro para seu uso pessoal, mas ficara tão perfeita, que o governo a adotou (“História dos Tributos no Brasil”, Edições Sinafresp, 2000, p. 311).

Consigne-se, também, que grande parte da matéria aduaneira regulada na Nova Consolidação foi utilizada por quase um século (!), ou seja, até 1966.

Pois bem, nos idos de 1964, as Alfândegas, de um modo geral, eram internamente organizadas, via divisão de seus trabalhos em Mesas (utilizada esta palavra como sinônimo de setor, divisão, seção), as quais tinham o encargo de desenvolver os trabalhos de secretaria, pessoal, manifestos, SIRD - Serviço de Isenção e Redução de Direitos (isenções tributárias), tesouraria - vez que a arrecadação era feita exclusivamente em dinheiro e, também, a Guardamoria, chefiada pelo guarda-mor, auxiliado pelo comandante aduaneiro, que tinha a responsabilidade de fiscalizar o que hoje chamamos de Zona Aduaneira Primária. Ou seja, o cais do porto, os armazéns de carga de importação, as visitas às embarcações entradas, ato esse efetuado juntamente com os membros da Saúde dos Portos, Imigração e Polícia Marítima, bem como repressão e buscas nos navios aportados, quando havia suspeitas ou denúncia de contrabando.



Encontramos quando entramos em exercício, na Guardamoria, além de Agentes Fiscais, servidores titulares de cargos de Mestre Arrais, Maquinista e Marinheiro, muito embora a Alfândega não possuísse lancha ou qualquer outro tipo de embarcação.

Merece ser dito também que, anualmente, os Inspetores apresentavam relatório circunstanciado das atividades da Alfândega, dirigido diretamente ao Sr. Ministro.

Depois do início na Guardamoria, fomos designados para a Secretaria da Alfândega, onde se preparava todo o expediente administrativo e burocrático da repartição, até que, em maio de 1967, fomos designados Inspetor da Alfândega, o primeiro entre os Agentes Fiscais do nosso concurso a ter a honra de ser investido na chefia de uma repartição em todo o Brasil.

Na Chefia, procuramos implantar novas técnicas de trabalho, com o exíguo material e os recursos humanos de que dispúnhamos, tentando, assim, honrar a confiança em nós depositada pela superior autoridade.

À época, ocorria em todos os Departamentos do Ministério da Fazenda - Rendas Aduaneiras, Rendas Internas, Imposto de Renda e Arrecadação, um expressivo movimento em prol de reformas e modernização, existindo, inclusive, uma Comissão de Reforma com a participação de técnicos da Fundação Getúlio Vargas - FGV e americanos.

Respirava-se uma ânsia por mudanças e o próprio Diretor de Rendas Aduaneiras, o saudoso Dr. Josberto Romero de Barros, era um grande incentivador das reformas, que entendia inadiáveis, sendo indicativa dos “novos tempos”.

No I Seminário Nacional dos Inspetores das Alfândegas do Brasil, todos os colegas puderam trocar ideias e opiniões sobre o que se pretendia fazer e mudar no sistema aduaneiro brasileiro. Além dos Inspetores das



Alfândegas, participaram do Seminário colegas de outras áreas, inclusive da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional- Dr. Cid Heráclito de Queiroz e o próprio Diretor-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Antônio Amilcar de Oliveira Lima, que fez a palestra de encerramento.

Em 1968, fomos indicados para participar do II Curso de Política e Administração Aduaneira, da EIAP - Escola Interamericana de Administração Pública - FVG/INTAL, onde se ministrava matéria aduaneira de toda América Latina, inclusive experiências europeias ministradas por colega da Aduana Espanhola.

Esse evento, serve para encerrar o começo deste breve relato, e vamos, então, para o meio da história.

Em agosto de 1968, o Diretor de Rendas Aduaneira, numa só “penada”, trocou todos os Inspetores das Alfândegas, substituindo-os por Agentes Fiscais mais novos na carreira e mais entrosados com a nova filosofia, com as reformas e com os princípios dos Decretos-Leis 200 e 37/1967.

Nessa troca de Inspetores, acabamos sendo também trocados, só que, apenas de lugar. Por incrível que pareça, fomos dormir Inspetor da Alfândega de Paranaguá e acordamos Inspetor da Alfândega de Santos, então e como hoje, a maior repartição aduaneira do Brasil.

Na Alfândega de Santos, designamos como Assistente e substituto o colega Ronaldo Souza Forte e, juntos, conseguimos efetuar modificações expressivas, como por exemplo, a distribuição via eletrônica das D.I. - Declarações de Importação, ou seja, cerca de mil documentos por dia, as quais, até então, eram distribuídas uma a uma pelo Inspetor e/ou Assistente. Outro evento que merece destaque, foi a integração de todos os Agentes Fiscais na conferência de saída das mercadorias importadas, pois esse serviço, nas Alfândegas do Rio de Janeiro e Santos, além de outros, era



reservado apenas aos colegas mais velhos, escolhidos pelo Inspetor, com exclusão dos novos.

Como fato relevante a ser narrado, entre outros, que encontramos e procuramos coibir a “importação” de milhares de calças jeans a cinco dólares cada, as quais eram despachadas como bagagem desacompanhada, em nome de laranjas, com imenso prejuízo ao Erário e à indústria manufatureira nacional.

Nesse tempo, estava em gestação na Direção-Geral, o projeto de criação de um novo órgão, no qual se pretendia fundir os Departamentos de Rendas Internas, de Rendas Aduaneiras, do Imposto de Renda e de Arrecadação, com a integração de todas as repartições fiscais do país, em todos os Estados e Municípios sob um só comando e numa só sede, com a pura e simples extinção de centenas de Delegacias, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias, com evidente diminuição de custos como aluguéis e manutenção de vários protocolos, arquivos, etc.

No Rio, na primeira reunião da qual tivemos a honra de participar, o ilustre colega Dr. Luiz Gonzaga Furtado de Andrade, então Diretor de Rendas Internas, ex-aduaneiro e depois Secretário da Receita, falou: - me parece que será o caos, ao que o Diretor-Geral respondeu: - não será muito diferente de quando eu cheguei aqui. De fato, na nossa opinião, em razão do gigantismo da estrutura, era muito difícil a condução da máquina fiscal/arrecadadora da União, sendo que, para se conseguir obter qualquer dado ou informação de um departamento para outro, demorava meses e, às vezes, quando se conseguia, já tinha sido perdido o interesse. Em capitais e determinadas cidades, existiam cinco ou seis sedes de repartição fazendária !

Apesar de todas as críticas e resistências à reforma, a revolução acabou “estourando” e, em novembro de 1968, nascia a Secretaria da Receita Federal, que seria implantada em 19 de fevereiro de 1969, quando então deixamos a Alfândega de Santos e fomos designados DELEGADO DA



RECEITA FEDERAL EM CAMPINAS/SP, para instalar a Delegacia da Receita Federal naquela cidade, a qual, como todas, deveria reunir, em um só prédio, sob uma só chefia, a Coletoria Federal, a Inspetoria de Rendas Internas, a Delegacia Seccional do Imposto de Renda e a recém criada Inspetoria da Receita Federal, em Viracopos que, desde a inauguração do Aeroporto, em 1962, funcionava como apêndice da Estação Aduaneira de Importação Aérea, de São Paulo, sem nenhuma estruturação legal e burocrática.

Como sabido, a Secretaria da Receita Federal estava planejada e foi estruturada para funcionar com os órgãos centrais - Gabinete do Secretário, Assessorias e as Coordenações dos Sistemas de Fiscalização, Tributação, Arrecadação e Informações Econômico-Fiscais e, na parte operacional pelas dez Superintendências Regionais que coordenavam os trabalhos das Delegacias que, por sua vez, controlavam e centralizavam os trabalhos das Inspetorias, Agências e Postos. Deve se ressaltar que a Secretaria da Receita Federal, à época, revolucionou toda a administração pública brasileira.

Foi essa, sem dúvida, a fase mais difícil da nossa carreira, pois, além das dificuldades próprias de integração e união de órgãos com cultura administrativa desigual, havia também o problema das remoções do pessoal de repartições extintas e sua alocação em outras cidades, o que implicava em mudanças e alterações na estrutura familiar dos servidores, uma vez que inexistiam recursos orçamentários suficientes para pagar as despesas dessas mudanças e remoções.

Isto propiciou a invenção de soluções paliativas, como a transferência de determinados serviços que deveriam ser executados na sede, para serem executados nas Agências e Postos que tinham pessoal em excesso, trabalhos como a organização e relacionamento, para arquivamento de



milhares e milhares de documentos e declarações de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, processos findos, guias de arrecadação, etc., etc.

Ocupamos inicialmente o prédio em que funcionava a Delegacia Seccional do Imposto de Renda, por ser o mais amplo e lá ficamos até 12 de julho de 1969, quando então fomos para o primeiro prédio sede da Delegacia da Receita Federal, em Campinas.

Implantada a Secretaria da Receita Federal, em Campinas, lá ficamos por mais um ano e meio, quando fomos removidos para a Divisão de Tributação, da Superintendência Regional, em São Paulo - SRRF-8, que estava carente de servidores oriundos da área aduaneira, para preparar e minutar decisões e outras matérias a serem submetidas ao Sr. Superintendente.

Após a estadia na capital, voltamos a Campinas, onde, primeiro, fomos lotados na Inspetoria da Receita Federal em Viracopos e, posteriormente, na Delegacia da Receita, em que permanecemos até nossa aposentadoria, em 1993, não antes de passar, os últimos anos da carreira, cedido à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para exercer o cargo em comissão de Procurador-Seccional da Fazenda Nacional em Campinas.

Chegando ao fim deste relato, que começou com as referências à Nova Consolidação, vemos, hoje, que a Secretaria da Receita Federal, que ajudamos criar - passados mais de 40 anos - consolidou-se e vem sempre se aperfeiçoando, tendo se convertido na supersecretaria da Receita Federal do Brasil, após a incorporação da Receita Previdenciária, sendo, certamente, o mais bem estruturado órgão da administração pública brasileira.



Eu quero me entregar para a receita federal

Walter Furmann

SRRF/09RF

Como sempre acontecia nos finais de semana, aquele sábado em nada era diferente, o dia seguia com intenso trabalho de repressão ao contrabando e descaminho no Posto Fiscal Bom Jesus em Medianeira. Para um observador leigo, as coisas pareciam estar fora de controle, mas existia uma ordem no meio daquele pretenso caos. Digo caos, pois ali se juntavam, num mesmo momento e local, centenas de pessoas entre fiscais, servidores, policiais, patrulheiros, moradores e também turistas e sacoleiros que retornavam de viagem de Foz do Iguaçu e das compras da Cidade do Leste no Paraguai.

Logicamente, no posto também se encontravam as viaturas, os veículos selecionados e estacionados para vistoria, as filas de pessoas, as malas e toda uma logística própria para fiscalização de bagagens, tais como bancadas, caixas, caminhões da Receita Federal, contêineres, etc.

No início da noite e em meio àquela movimentação, um dos supervisores e mais um servidor tiveram de sair rapidamente do posto numa viatura para checar informações recebidas sobre um provável ilícito num ponto mais à frente. Logo na saída, a menos de um quilômetro, ouviram um barulho de colisão que parecia ter acontecido naquele instante com veículos que haviam cruzado por eles, em sentido contrário.

Retornaram rapidamente e então se viram no meio de uma cena chocante, pois um motociclista encontrava-se estatelado ao chão, com seu capacete rachado, junto de sua moto virada num oitão, que havia colidido na



traseira de um automóvel. O quadro de terror e morte exalava forte odor de gasolina, mas não havia pedaços de corpos, nem de sangue e nenhum som se ouvia no local, a não serem os gritos daquele motoqueiro louco, que repetia: - Minha moto, minha moto...

O rapaz então retirou seu capacete, levantou-se e parecia querer, de qualquer maneira, endireitar e ressuscitar seu veículo que jazia contorcido e morto. A polícia rodoviária federal logo chegou ao local e aquele motociclista insistia em querer ficar junto de sua moto, mas foi convencido e levado pelos fiscais até um hospital da região. Ao ser examinado nada de grave foi constatado, a não ser uma leve torção no tornozelo. Os médicos concluíram que ele deveria permanecer sob observação e, então, os aduaneiros regressaram ao trabalho.

Na volta perceberam grande movimentação de viaturas das polícias rodoviária, militar e civil no local do acidente, todas com giroflex acionados. Os fiscais pararam com sua viatura para informar sobre a situação do rapaz acidentado que fora deixado no hospital. Nesse instante um adolescente apareceu do nada, com sinais de cansaço, olhos esbugalhados, todo sujo, com alguns arranhões e que perguntava sobre quem seria da Receita Federal. Então os aduaneiros se apresentaram e o ofegante menino disse:

- Quero me entregar.

O supervisor não entendeu e indagou:

- Mas por que se entregar?

Ele respondeu que tinha mercadorias escondidas no mato e foi até uma das moitas na beira do asfalto e indicou o local onde se encontravam duas sacolas com mercadorias. Os fiscais conduziram o garoto e sacolas até o posto e assim ele pode suspirar de alívio, como um pecador arrependido no confessionário.



Aquele adolescente tinha saído de um ônibus de sacoleiros que estava aguardando a fiscalização e empreendeu fuga carregando duas pesadas sacolas, embrenhando-se pela mata e plantações localizadas atrás do posto fiscal e quando encontrou novamente o asfalto se deparou com enorme aparato policial e fiscal que atendia o acidente.

Sozinho numa noite sem estrelas, com muito medo de perder o ônibus e sem entender bem o porquê daquele fuzuê na rodovia, que talvez estivesse ali apenas para prendê-lo, ele entendeu que não tinha saída a não ser se render.

Aquele jovem foi acolhido pelos fiscais, levado ao posto fiscal, onde pode se acalmar, tomar um banho e um chá quente e até mudar seu conceito sobre a fiscalização da Receita Federal, e então voltou para seus entes e demais viajantes do ônibus que o aguardavam com muita preocupação.

As sacolas foram abertas, os responsáveis identificados e as mercadorias apreendidas na forma da lei, juntamente com as demais autuações daquele ônibus e, após o ocorrido, os viajantes puderam, então, seguir aliviados.



Flagrantes da vida real, em versão nacional

Énio Roberto Ignácio

UC/DF

Mesmo correndo o risco de parecer velho, esclareço que entrei para a Receita Federal no concurso de 1976 para o cargo de F.T.F. - Fiscal de Tributos Federais. Até pouco antes de me inscrever no concurso, minha meta profissional era exercer a função de Advogado do Departamento Jurídico do Banco do Estado de São Paulo - Banespa - onde já exercia outras funções desde o ano de 1971 e me formado em Direito em 1974. Mas, o futuro me reservava experiências arriscadas e interessantes.

Fui aprovado no concurso, mas somente podia comemorar 50% da vitória, conforme o edital, eu seria chamado oportunamente para a segunda etapa, também eliminatória.

Algum tempo se passou, e finalmente recebi a correspondência de convocação que veio me tirar daquela “vidinha monótona” (eu considerava). Um sábio já orientava em seus ensinamentos: “Cuidado com os seus desejos, eles podem se realizar”. Pois bem, daí por diante tive de tudo em minha vida, menos monotonia.

Nesta 2ª etapa, em Brasília-DF, fiquei hospedado e estudando de setembro a dezembro, em contato com 30% do que já conhecia e 70% de tudo que ainda me era estranho. O Imposto de Renda que somente sabia da minha singela declaração anual de rendimentos de um modesto bancário, com um manual de preenchimento de pouco mais de vinte páginas, transformou-se num imponente Leão num Manual de 800 páginas, se apresentava como o rei dos impostos, complicado de se compreender e



difícil de se dominar. Principalmente o IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Também o IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados com sua majestosa tabela, a TIPI, apenas parecia mais um imposto, mas quando começamos a estudar com mais profundidade verificamos como é rica sua estrutura e dimensão na arrecadação federal. De pelo menos cinquenta impostos diferentes não só tomamos conhecimento, mas também estudamos desde sua criação e cobrança, por exemplo, nas “Mesas de Renda” logo após o descobrimento do Brasil, em bases ainda primárias, até sua posição e importância atualizada, sempre nos três segmentos: Tributação, Fiscalização e Arrecadação.

Ao término desse “treinamento”, graças a Deus, com aprovação em todas as matérias, voltei para São Paulo onde aguardei mais alguns meses. Quando convocado fui para a capital, fiz todos os exames de saúde, os quais apresentei juntamente com os documentos previamente relacionados e então tomei posse no cargo de FTF.

Mais alguns meses à espera da portaria para o exercício em Brasília-DF, sabia previamente que logo após uma outra seria publicada para minha primeira designação. Um colega já designado, em exercício na capital federal, combinou que se comunicaria comigo tão logo visse a publicação.

Certo dia, recebi um telefonema em que ele assim se expressou:

- Colega, sua 1ª designação foi publicada.
- Muito bem - Respondi ansioso - Mas... para onde?
- Você foi designado para.... Porto.... - esperou que eu completasse.
- Porto Alegre? (completei rápido).
- Não. PORTO VELHO, capital de Rondônia.



Senti como se uma ducha gelada me atingisse, mas em poucos segundos me refiz (ou quase) e quando voltei a falar agradei pela informação e desliguei, nada mais podia fazer naquele momento.

Naquela época, Rondônia era ainda um dos Territórios brasileiros, só transformado em Estado da Federação anos depois, em 1981.

Quando minha esposa perguntou qual a ideia que eu fazia da cidade para onde estávamos indo, respondi que imaginava alguma semelhança com as do velho oeste americano, como se via nos antigos filmes de cowboys e índios, em que cidades fantasmas, abandonadas por algum motivo misterioso, tinham suas ruas poeirentas e desertas, assoladas por ventos constantes, nos dias de sol causticante e nas noites geladas assoviando na fantasmagórica escuridão.

Parece que não fui bastante convincente na comparação, pois quando fiz a posição que a princípio eu iria só, e depois que tivesse tudo arrumado nas condições mínimas necessárias eu voltaria para buscar ela e nossa filhinha, ela discordou. Argumentou que nas promessas diante do altar tínhamos jurado estarmos juntos na riqueza ou na pobreza, na saúde ou na doença... (imaginei para completar o raciocínio: em Porto Alegre ou em Porto Velho). Ela havia vencido. Iríamos todos, como realmente fomos.

Depois de oito horas de voo, aproximávamo-nos do Aeroporto quando uma voz anunciou, além das recomendações de praxe, uma que me chamou atenção: "... e a temperatura externa (local) é de 42° centígrados". Um dos passageiros - certamente morador daquele lugar - comentou: ainda bem que hoje não está muito quente! Diante dessas informações e comentários, minha vontade era não sair daquele avião enquanto ele não pousasse novamente em alguma civilização conhecida (São Paulo ou Brasília de preferência).



A porta do avião se abriu e já na descida da escada retirei a gravata e o paletó, acessórios que percebi não combinarem em absoluto com o clima do lugar.

Ao tomar um táxi, demonstrei segurança e conhecimento do local ao informar que íamos direto para o Hotel Floresta. Era o melhor hotel da capital, se bem que até hoje não descobri qual a fonte dessa informação, para mim era o único de Porto Velho.

Chegamos cansados, fizemos o check-in e fomos para o apartamento. Tomei um banho, mas como transpiro muito - comento que somente consegui terminar de me enxugar quando voltei para São Paulo. Pela manhã fui o primeiro a acordar, abri a janela e tive um susto. Esperava uma paisagem agradável ou pelo menos mais aceitável, mas nunca o Cemitério da cidade. Um grupo de pessoas cercava uma cova recém cavada, visto a grande quantidade de terra à volta. Um caixão suspenso em cordas apoiadas em um cavalete aguardava apenas o momento final das homenagens e bênçãos para levar seu ocupante à derradeira morada. Fechei a janela pensando que não tinha acordado direito, esperei alguns segundos abri de novo e lá estava ele, (o cemitério) enorme, cinzento, com suas cruzes de mármore, seus túmulos e opulentos anjos em posição de oração, contrição e respeito. Um grande mamoeiro com dezenas de frutos já bem amarelados crescera dentro do cemitério, rente ao muro, mas mais alto que esse, curvando-se para fora daquele recinto, numa posição que demonstrava oferecer seus frutos às pessoas de fora - já que as de dentro não estavam nem um pouco interessadas. Fechei a janela novamente e saí de perto. Quando minha esposa acordou, eu a avisei da vista que havia daquele lado do hotel para que ela não se assustasse.

Éramos seis fiscais designados para aquela cidade, três homens e três mulheres, mas apenas nós homens fomos. As três fiscais conseguiram modificar a primeira lotação para Brasília-DF.



O pessoal da Delegacia de Porto Velho nos recebeu com a cordialidade e a alegria de quem recebe colegas de tão longe. Os chefes das Divisões da DRF, até mesmo o Delegado, tinham no máximo cargos de Agentes Administrativos. Com o passar dos dias nos contaram que eu e os dois colegas fomos os únicos para lá designados que não voltaram no primeiro avião. Afirmaram que alguns, mesmo designados, nem saíram dos locais de origem. Nós mesmos tínhamos exemplos recentes!

Essas informações eram sinceras, mas bastante desalentadoras para nós que recém-saídos dos ensinamentos da ESAF, chegamos ali empolgados com a possibilidade de trabalhar num ambiente novo, sequiosos das condições necessárias ao crescimento profissional, desenvolvimento e aplicação prática de tudo que tínhamos pacientemente adquirido até aquele momento. Diversos outros fatos, além da natural distância das nossas raízes, colaboravam para a formação de um quadro de isolamento e abandono.

O prédio da Delegacia era todo em madeira, não havia ar condicionado, apenas alguns ventiladores enormes que chamavam de Fockler(s) da TABA, pelo barulho que faziam quando ligados. Naquela época não existiam computadores, internet, celulares e as muitas formas de comunicação que existem hoje, mas mesmo coisas que existiam, lá não funcionavam direito ou simplesmente não funcionavam.

O telefone, por exemplo, quando funcionava era com muito chiado. O fax estava quebrado, sem previsão de conserto e, entre outras coisas - NÃO CHEGAVA LÁ O DIÁRIO OFICIAL.

De quem era a culpa? De ninguém. Os funcionários do Ministério da Fazenda que trabalhavam lá, faziam todo o possível para apresentar um trabalho digno, apesar de tantas situações desfavoráveis.

Era uma segunda-feira, nove horas da manhã, o chefe da fiscalização convocou a nós três, os novos fiscais - vez por outra chamados



respeitosamente de os Três Mosqueteiros - para uma missão externa que ele previamente tinha denominado de “O pau vai quebrar”. Tratava-se de uma operação surpresa nas MADEIREIRAS da região, que segundo denúncia anônima estariam trabalhando com madeira não autorizada pelo IBAMA e ainda pior, estariam fazendo o transporte com Notas Fiscais falsas. Perguntamos como seria feita a operação e com qual segurança poderíamos contar, já que aprendemos com nossos professores da ESAF que para fiscalizações mais seguras, poderíamos contar com as polícias Civil, Militar ou Federal, e até mesmo com o Exército se fosse o caso. Ele nos respondeu que podíamos ficar tranquilos, que naquela Delegacia nenhuma daquelas forças jamais recusara apoio. Posteriormente, soube que ele não mentira, mas soube também que aquelas forças nunca tinham sido convidadas para uma fiscalização.

Quando entramos na “viatura” da Delegacia perguntei se essa ia nos levar até o veículo oficial adequado para a operação e o chefe da fiscalização pensou que eu estava brincando, transferiu a raiva que ele sentia por aquele veículo para mim e disse:

- ESTE É O VEÍCULO OFICIAL desta “joça” de lugar e é nele que vamos fazer a operação de fiscalização “O pau vai quebrar”.

O motorista nem se moveu, estava acostumado aos rompantes e a maneira ríspida como o chefe frequentemente explodia. Tentou dar a partida uma, duas, três vezes, girando pacientemente a chave do carro, mas apenas na quarta vez o carro, num estrondo, estremeceu por inteiro uma nuvem de fumaça escura que saiu da ponta do escapamento. O motor rugiu e pegou, conseguimos sair. O veículo sacolejava, rodava e vice-versa, não passando de 40 km/h. Perguntei ao motorista por que ele era tão cuidadoso, andando assim devagar, e ele me respondeu que não era ele, mas sim aquele carro (um Rural Willis, modelo antigo) que não rendia mais do que aquilo. Estávamos próximos ao trevo de saída da cidade. Fez-se um silêncio



incômodo que resolvi quebrar com um questionamento que achei bastante sensato:

- E a Polícia Federal, onde vai nos encontrar ou onde nós vamos encontrá-los?

- Não se preocupe - disse o chefe - está tudo sob controle! Tudo a seu tempo!

Perguntei se tínhamos alguma arma naquela viatura e o chefe pediu que eu abrisse o porta-luvas, eu o fiz com bastante cuidado, pois não tinha noção de que tipo de arma se tratava. A única coisa que havia num dos cantos era uma arma que cabia dentro de minha mão, mesmo estando dentro do coldre. Era o que eu poderia imperfeitamente descrever como uma 22 de cano serrado (miniatura). Tirei do coldre, destravei e abaixei o cano, contei rapidamente as balas restantes no tambor: duas. Perguntei ao motorista se tínhamos mais munição, mas ele apenas retorceu a boca e chacoalhou negativamente a cabeça.

Em resumo, éramos três fiscais inexperientes numa viatura oficial que não andava a mais de 40 por hora, com uma arma que não fazia medo nem mesmo a uma criança, procurando por proprietários de Madeiras experientes, fraudadores, bem armados e inescrupulosos. No caso de uma situação de confronto, para nós seria: PIOR IMPOSSÍVEL. Tínhamos rodado já a uma hora e meia e nada de Polícia Federal para nossa segurança. Bom, afinal não estávamos tão longe da nossa sede, o carro só fazia 40km por hora, por isso tínhamos rodado no máximo 60 quilômetros.

- Olhem ali à frente, a 200 metros à direita vamos visitar a primeira madeira.

Sem nada comentar o motorista chegou, estacionou e somente perguntou se devia deixar o carro ligado, mas o chefe respondeu:

- CLARO QUE NÃO!



Ao chegarmos, identificamo-nos e perguntamos pelo dono da madeireira. Responderam que ele estava viajando. Perguntamos, então, pelo gerente, administrador ou responsável pela empresa, nenhum estava ali no momento e quanto aos documentos, estavam guardados no cofre que nenhum dos presentes tinha a chave. Informaram apenas alguns nomes, endereços e telefones que anotamos. Avisamos que voltaríamos e fomos embora.

Visitamos mais duas madeireiras e em todas se repetiu a situação. Parecia que estavam todos orientados e em comunicação constante, num cartel de obstrução de fiscalização, enquanto caminhões com toras passeavam, conforme notícias locais, para destinos seguros, com madeira nobre fazendo grandes fortunas, “isentas”.

Na última madeireira visitada naquele dia, após todos os itens repassados e sempre tendo os mesmos resultados, o chefe não se conteve e num de seus impulsos de ira, chamou dentre os funcionários o que ele achou mais parecido com o capataz responsável pelos peões. Era mais parecido com um armário alto, só que mais feio, todo tatuado e da testa partia uma cicatriz enorme e vermelha que seguia por toda a extensão do rosto até o queixo. Quando o “Sr. Armário” ficou próximo, bem à nossa frente, recebeu do chefe em alto e bom som, esta advertência:

- Você e seus peões estão vendo estes três jovens? Eles acabaram de chegar de Brasília, são os novos Federais e não estão nem aí para as suas caras feias. Sim, é isso mesmo o que vocês estão ouvindo. Digam para seus patrões que esses três fiscais da Receita vieram para acabar com a alegria deles.

O “Sr. Armário” à essa altura do discurso, bufava como um touro na coxilha. Sua bochecha parecia não conter os dentes na boca, e a cicatriz, a princípio vermelha, parecia entremear cores entre roxo e azul. Não pronunciou uma palavra sequer, mas da forma que nos encarou tenho certeza



que gostaria de fazer com cada um o mesmo que tinha feito com a lata de cerveja, ou melhor, o que sobrou dela numa de suas mãos.

Com uma apresentação dessas do chefe, nenhum de nós poderia imaginar que ele quisesse ser nosso amigo. Nem mesmo o pessoal da madeireira poderia pensar diferente. Consegui apenas imaginar uma espécie de apologia ao “crime com justa causa” ou qualquer coisa assim.

Chegamos de volta à Delegacia ao anoitecer, famintos, empoeirados, suados. Sem nenhum auto de infração emitido e com a maior fama de mocinhos mais terríveis que os mais perigosos bandidos daqueles filmes de cowboy que referíamos no começo desta história.

Na manhã seguinte, bem cedo estávamos na Delegacia apenas eu (o “Paulista) e o colega “Baiano”, já o colega “Japonês” havia desaparecido. Não estava no hotel, em nenhum lugar da repartição, ninguém sabia notícias dele e nenhuma anotação em sua mesa de trabalho. Logo que o Delegado chegou fomos ao seu gabinete e perguntamos por ele. Franzindo a testa ele indagou:

- O chefe da fiscalização não contou nada para vocês?

- NÃÃÃÃO! - respondemos juntos - O que aconteceu???

Calma, não se apavorem. Nada de grave. Apenas designamos nosso colega para uma missão em Guajará-mirim, que fica a alguns quilômetros daqui (340), na fronteira do Brasil com a Bolívia, ele vai para um trabalho especial de fiscalização que há muito tempo é feito de maneira precária, apenas pelas autoridades estaduais, mas agora que podemos contar com vocês, não desperdiçaremos uma oportunidade tão valiosa de empregar a atuação federal em nosso Território.

- Qual o meio de transporte que o levou até a fronteira? - perguntei.



- Ora! O motorista o levou na nossa “viatura oficial”, partiram hoje às cinco da manhã.

Fiquei intrigado. Trezentos e quarenta quilômetros a uma velocidade (média) de 40 por hora significam basicamente oito horas de viagem. Isso contando que a estrada fosse asfaltada, sem buracos; o “veículo oficial” NÃO apresentasse nenhum problema e NÃO precisassem fazer um lanche, ir ao banheiro, abastecer, sem trânsito congestionado, blitz, entre outras possíveis ocorrências do trajeto.

Quase perguntei quando chegariam ao destino, mas me contive. Naquela cidade tudo que considerávamos um absurdo, era considerado por eles como perfeitamente normal e tudo que achávamos normal era tido como pura ficção, impossível de se encaixar naquela realidade. Era grande o choque cultural. Geralmente riam daquilo pelo que chorávamos e vice-versa.

Ficamos sem contato com o colega Japonês, até que na sexta-feira quando ele finalmente conseguiu ligar, o colega Baiano atendeu:

- Delegacia da Receita Federal, bom dia!

- Bom dia uma... (um palavrão em japonês) estou aqui em cima de uma porteira de curral doze horas por dia contando cada uma das cabeças de gado que transitam na fronteira. Tenho certeza que não foi para isso que “fui eleito”, brincou ele.

Aproveitando-se do bom humor do Japonês, o colega Baiano brincou quanto a sua pequena estatura:

- Pelo menos de uma coisa agora você pode se vangloriar.

- ???

- É que você está por cima, tendo tudo a seus pés.

- Rss.



Em seguida pediu para falar comigo. Trocamos ideias quanto à diferença do treinamento que recebemos e o que podíamos aplicar naquela região, e chegamos a conclusão que conhecíamos muito pouco do “modus operandi” das ações que colocaríamos em prática naquele Território para desenvolver um trabalho digno da confiança e da esperança que eram depositadas em nós como os “novos federais”.

Na semana seguinte fomos levados para fiscalizar uma concessionária de veículos. Identificamo-nos, fomos bem recebidos, e pedimos os livros de praxe para examinarmos. Alguns documentos foram apresentados apenas na parte da tarde, mas ao final daquele dia já havíamos iniciado o exame de toda a documentação. No terceiro dia na empresa tínhamos já concluído o trabalho e combinamos com o dono a entrega do auto de infração que terminamos de calcular na Delegacia para a manhã do dia seguinte. Até aí tudo corria muito bem. Talvez o nosso erro tenha sido marcar o dia e a hora da entrega do auto.

Estávamos ali na sala de reuniões da concessionária, o dono da empresa, o contador, eu, o colega Baiano e o chefe da fiscalização, mas só até o momento em que eu abri a maleta e entreguei o auto de infração ao proprietário da concessionária. Quando ele recebeu o documento e leu o valor (que não era tão alto) levando as duas mãos à cabeça, exclamou:

- MEU DEUS! ESTOU PERDIDO!

Como num passe de mágica ou efeito especial de filmes tipo “Avatar”, entraram pela porta principal daquele recinto muito mais pessoas do que caberiam assentadas à mesa de reunião, tanto é que algumas se posicionaram também entre e por detrás das cadeiras, inclusive das que estávamos sentados. A frase: “Meu Deus, estou perdido”, deve ter sido a senha combinada para aquela verdadeira invasão. À medida que entravam o proprietário, pacientemente ia apresentado um a um:



- Esta é minha esposa Cristina. - Este é o meu sogro Rafael. - Estes são nossos filhinhos, Henrique, Daniela e Fernanda. - Esta é a minha sogra Rosângela...

Ele apresentava a todos sem se importar com as lágrimas que lhe escorriam pelo rosto e a voz embargada pela emoção. Apresentou também alguns cunhados e cunhadas, além de vários funcionários que ele afirmava terem começado ali sua vida profissional, a quem ele dava treinamentos, planos de saúde, vale alimentação, transporte e tudo de que precisavam, para juntos trabalharem como uma grande família, mesmo não sendo em tamanho uma grande empresa.

A sua comoção parecia ter um objetivo, diminuir o valor do auto de infração. Mas suas palavras, sua apresentação da família e dos funcionários como se dessa fizessem parte, teve pelo menos nesses personagens o efeito esperado, estavam chorando copiosamente.

- Vocês não podem imaginar como trabalhamos aqui! Vocês são de Brasília e não conseguem entender a nossa realidade. Se cometemos nossos erros, como é normal a todo ser humano, na maioria das vezes é porque não tínhamos a orientação adequada para conseguir acertar. Não acho esta fiscalização justa, nem tanto pelo valor do auto de infração, mas sim pelo fato de que minha empresa já foi fiscalizada DUAS vezes nos últimos QUINZE ANOS, ao passo que as outras concessionárias não foram fiscalizadas NENHUMA vez.

Graças à esta última explicação, sentia que o ar voltava a entrar em meus pulmões, estava mais leve e aquelas emoções não poderiam distorcer a certeza do dever cumprido. O aspecto geral da situação indicava que se tratava de uma espécie de distorção da personalidade conhecida como mania de perseguição - até prova em contrário.



Elogiei a maneira como ele amava sua família, também o tratamento dispensado aos seus funcionários e a dedicação dos mesmos como parte da família. Esclareci os pontos referentes aos valores atinentes ao auto. Fiz referência a enorme responsabilidade que tínhamos eu e meus colegas quanto à justa fiscalização, mas também à tributação e arrecadação federal. De modo a nunca transigir no cumprimento do nosso dever. Ofereci a oportunidade de ao ser procurado na Delegacia, esclarecer, orientar e dirimir quaisquer dúvidas referentes aos impostos federais. Meus colegas concordaram e apoiaram minhas palavras.

Ao final o auto de infração foi assinado conforme apresentado. O valor foi devidamente recolhido e encerrou-se o processo.

Nossa lotação em Porto Velho foi sem dúvida o período mais quente, envolvente, tumultuado, instigante e desafiador de nossa carreira profissional, mas pôde nos ensinar de forma indelével, lições que de outra forma jamais iríamos aprender. Estávamos crescendo, testados e experimentados no caldeirão fervente, na brasa e na bigorna. Sobrevivemos com a alegria de poder contar essas passagens aos nossos filhos, netos e a vocês colegas que agora podem ler essas histórias.



Homenagem à ex-servidora nomeada por Getúlio Vargas

Valmir Paulino Benício

ARF São Sebastião do Paraíso/ MG

Por sugestão do chefe da Agência, iniciamos um trabalho de tentativa de reconstruir parte da história da Receita Federal em nossa Região. Nisso, acabamos por levantar um fato interessante: trabalhou na cidade de São Sebastião do Paraíso uma servidora chamada Noêmia da Silva Neves, que foi nomeada pelo presidente Getúlio Vargas.

Ela, ainda gozando de boa saúde e disposição, já com seus 84 anos, nos recebeu para uma entrevista em que nos revelou alguns fatos do período em que trabalhou na Receita.

No início, contou-nos ela, ainda nos tempos da Coletoria, sua nomeação foi feita pelo então Presidente Vargas, nomeação essa provocada por uma carta manuscrita enviada para ele por sugestão de uma colega. Na carta ela mencionava os anos de trabalho junto à casa que com certeza deve ter sido considerado. Cabe observar que estamos falando de um período muito anterior à legislação pós-constituição de 1988.

Ela ainda tem o recorte da publicação que guarda com muito carinho.

Lembrou que a nomeação foi feita pouco tempo antes da morte de Getúlio Vargas. Por ocasião dos 85 anos da ex-servidora, colegas da Agência da Receita Federal do Brasil em São Sebastião do Paraíso promoveram no dia 06/05/2011, uma emocionante homenagem à dona Noêmia da Silva Neves.



Com seus 85 anos, esteve presente ao evento com seus familiares e muito agradecida e emocionada lembrou-nos de vários fatos que marcaram a trajetória desse período histórico da Receita Federal. Ao final, ainda, brindou os presentes com a poesia “Soluços da Velhice”. Todos, servidores e familiares foram tomados pela emoção e sensibilidade daquele momento.

Os servidores presentearam dona Noêmia com um lindo vaso de Lírios e um exemplar personalizado da Revista Comemorativa dos 10 anos da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas.

A todos que fizeram e fazem parte dessa história sintam-se homenageados e parafraseando o que disse o colega Márcio Felix de Sousa - uma história de compromisso com o cidadão-contribuinte.



Hora sagrada, a do jantar - anos 90

Walter Furmann

SRRF/09RF

Na região de Foz, o trabalho de repressão ao contrabando e descaminho era sempre árduo e como diziam alguns, a cada enxadada era uma minhoca. Certo dia, o trabalho repressivo tinha se estendido por horas e a cada tentativa de término das atividades, eram constatados novos ilícitos que produziam novos trabalhos e o retorno ao posto fiscal para conclusão das autuações. Aquele, era mais um dia “bom de pesca” para as equipes volantes, como diziam os aduaneiros.

Os servidores que participavam do trabalho estavam sem café da manhã, sem almoço, sem lanche e quando deram conta, já era noite. A fome era muito grande e então todos decidiram jantar. Entraram na viatura e o chefe determinou que ninguém olhasse sequer para os lados, que fechassem os olhos durante o trajeto até o restaurante. E porque todos obedeceram, foi possível realizar o intento de chegar ao restaurante sem enxergar nada de suspeito. A viatura, como de costume, seria estacionada de maneira reservada, nos fundos do restaurante. Entretanto, durante a manobra no estacionamento, os fiscais depararam-se com um indivíduo vendendo, explicitamente, cigarros contrabandeados que lotavam o bagageiro de seu carro, que se encontrava semiaberto. O flagrante era inevitável, mas como ficaria o jantar? Alguém ainda disse: “Não acredito, o sujeito está vendendo cigarros do Paraguai aqui? É muita cara de pau!”

O supervisor pensou, pensou e foi ao encontro daquele infrator, identificou-se, pediu para que ele fechasse o veículo e lhe desse as chaves e o convidou para o jantar, notificando-o que os servidores estavam sem



qualquer refeição o dia todo. Antes de entrarem, os aduaneiros realizaram uma revista discreta, mas impecável naquele indivíduo. Todos comeram juntos na companhia daquele homem que estava meio aborrecido e parecia não estar com fome, mas que seguiu calado, sendo sensível numa hora difícil para ele, mas sagrada para a equipe.

Os agentes do fisco se alimentaram, pagaram a conta e voltaram ao posto fiscal conduzindo o contrabandista, seu veículo e cigarros, finalizando o feito e encerrando aquele dia com a condução de mais um caso.

Ao redor da mesa estiveram reunidos por força do destino e da fome agentes da lei e o infrator, na hora sagrada do jantar.



A maior enchente da história do Amazonas e o retorno da RF/MNS ao prédio do Ministério da Fazenda*

Luiz Carlos de Araujo

DRF Manaus/AM

Em setembro de 2008, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus passou a funcionar no prédio da Alfândega do Porto de Manaus (construção histórica, com colunas de estilo grego), porque o prédio do Ministério da Fazenda foi interditado, devido a vários problemas, entre eles a presença de ratos e o mau funcionamento dos elevadores.

Em 2009, enquanto o edifício do MF estava em reforma, começou a época de chuvas, e essas foram mais torrenciais do que de costume. Em pouco tempo, parte do estacionamento da Alfândega não pôde mais ser utilizada, pois foi tomada pelas águas. Eu já era o Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (Secat) da Delegacia quando recebemos a notícia de que teríamos que voltar para o local de trabalho de origem o mais rápido possível, porque a situação meteorológica se agravava. Precisávamos esperar apenas que o ambiente anterior voltasse a ter condições básicas para o exercício adequado de nossas tarefas.

As tempestades continuavam. O estacionamento ficou totalmente alagado. Foi necessário colocar uma ponte de madeira entre a rua e a entrada da Alfândega. O Delegado Adjunto, Alzimir Alves de Vasconcelos, andava de um lado para outro, ansioso, orientava os diversos setores sobre a iminência da mudança, explicava quais deviam ser os preparativos (organizar os armários, verificar se havia materiais que pudessem ser

* Nota editorial: a enchente de 2009 foi superada por nova cheia histórica em maio de 2012, quando o presente texto já havia sido contemplado no Concurso.



descartados, retirar processos das salas do térreo, etc). Os colegas começavam a ficar muito preocupados, pois temíamos que, ao voltarmos para onde trabalhávamos antes, tivéssemos um indesejado reencontro com os roedores, além de termos que subir vários andares de escada. Na função de chefe eu ouvia essas queixas e as repassava aos superiores. Após ser comunicado sobre o andamento das reformas, prometi ao grupo que haveria três elevadores funcionando, que seriam colocadas persianas nas salas (haja vista que havia o incômodo da forte luz solar sobre as janelas) e que não haveria mais rato.

A situação provisória em que estávamos não era das melhores: O espaço era pequeno e quente. Porém, tínhamos motivos para lembrar a Lei de Murphy: nada é tão ruim que não possa ficar pior. As águas já começavam a invadir o primeiro andar (térreo), mas alguns que trabalhavam no segundo já diziam: daqui não saio, daqui ninguém me tira, se o primeiro andar ficar alagado é só fazer outra ponte. Mais cedo ou mais tarde, no entanto, teríamos que mudar, então, começamos a nos preparar. Entre outras providências, fizemos um mapa das salas nas quais ficaríamos (com a disposição das equipes e, conseqüentemente, das mesas e pontos de rede) e escolhemos o andar. Essas duas decisões não foram fáceis. Para o desenho (que fiz com papel e caneta, deixando a arte final, em computador, para o colega João Luiz) recebi e acatei várias sugestões. Ao passar meu esboço para arquivo magnético, João colocou espaço para três servidores na equipe na qual ele trabalhava, a Equipe de Auditoria da DCTF (Eqaudin). Quando perguntei o motivo, já que a Eqaudin tinha apenas dois funcionários, ele respondeu:

- Mas devia ter três.

Então, eu disse:

- Está bem. Buscarei reforços, mas isso não depende somente de mim.



Mesmo quanto ao andar houve muita discussão. Alguns queriam ficar no segundo ou o mais próximo possível do primeiro, para poder descer mais rapidamente caso nenhum elevador funcionasse (principalmente levando em conta que uma vez ocorreu um terremoto no Caribe que teve algum impacto em Manaus, o que fez que todos saíssem correndo pelas escadas). Outros preferiam ficar no último andar (décimo sétimo) por causa da vista. Foi feita uma eleição (em dois turnos) e foi escolhido o quarto. Mas não deu certo, acabou que somente o nono estava disponível para nós, o que, pelo menos no primeiro momento, revoltou alguns colegas.

Na época do nosso retorno ao prédio do MF, a rua maior de acesso a esse edifício já estava alagada, e foram colocadas pontes de madeira e sacos de areia para atravessá-la. Em nosso ambiente de trabalho, alguns problemas foram resolvidos. Não vi mais aquele bicho desagradável. No entanto, só havia um elevador funcionando, não tínhamos persianas para todas as janelas, e os aparelhos de ar condicionado deixavam partes das salas com muito frio e outras com calor demais. Essas situações foram bastante frustrantes. O grupo ficou com uma sensação de sede não saciada, de andar em vão, com pés descalços, sobre pedras quentes. Contudo, aos poucos, aconteceram melhoras. Foram disponibilizadas todas as persianas necessárias e, na maior parte do tempo, passou a haver pelo menos dois elevadores funcionando. Nesses foi colocada uma voz feminina que contava para nós onde estávamos. A musa eletrônica era apenas um pouco distraída. Por vezes, quando chegávamos ao primeiro andar, ela sensualmente avisa: “nono andar”. Quanto aos recursos humanos, conseguimos reforços, o que nos faz gratos ao ex-delegado da RFB em Manaus, Moacyr Mondardo Júnior. Depois que deixei de ser chefe, instalaram aparelhos de ar-condicionado split. Apesar do progresso, algumas dificuldades permanecem. No dia 5 de agosto de 2011 houve um incêndio no terceiro andar do prédio, o que nos deixou apreensivos quanto à segurança. Existem alguns problemas que não parecem ter solução, por exemplo: o edifício do Ministério da



Fazenda fica no centro da cidade, onde é muito difícil encontrar local para estacionar.

Não obstante todos os obstáculos, continuamos trabalhando, sempre e confiantes. As águas da chuva remetiam à mágoa e à angústia que nos afogam, mas também à esperança que nos lava e purifica.



Mais branco... Impossível

Énio Roberto Ignácio

UC/DF

Lembro-me que no ano de 1986, eu estava lotado na Divisão de Fiscalização Externa da Delegacia da Receita Federal em Brasília-DF. Numa sexta-feira eu havia chegado de uma viagem a serviço, passei o final de semana com a família, descansei um pouco e na manhã de segunda-feira, como era de costume, eu estava apresentando meu relatório de viagem ao Delegado. Ao entregar o informe perguntei-lhe se havia alguma novidade na repartição a qual eu precisasse me inteirar antes de retomar às minhas atividades, e ele me informou que um dos colegas tinha se ausentado por licença médica, sendo que o parceiro dele na dupla reclamara a participação de outro Fiscal, pois o trabalho estava muito estressante, demorado, e feito apenas por ele. Assim, conduzida a informação, não tive dúvidas que naquele momento eu estava sendo “convidado” a participar de um trabalho de fiscalização, no qual um colega já ficara doente...

Falei então com o supervisor do meu grupo que, imediatamente, providenciou a inclusão do meu nome na ficha multifuncional para que na parte da tarde daquela mesma segunda-feira eu e o colega (sobrevivente) continuássemos o trabalho.

- Mas... qual é a empresa que você está fiscalizando? Onde fica? - Perguntei.

Minhas perguntas pareciam um pouco estranhas, pois já estávamos a caminho, mas apesar disso, o colega apenas sorriu e informou:



- É uma fábrica de cimento e fica próxima de Sobradinho (cidade satélite de Brasília).

Em trinta minutos estávamos estacionando nas proximidades da fábrica. Descemos do carro e nos encaminhamos para a entrada do estabelecimento, que é como eu passei a me referir ao local: ESTABELECIMENTO.

Como todas as formalidades de início de fiscalização já tinham sido cumpridas anteriormente com os dois colegas, apenas eu me apresentei e me identifiquei para começar os trabalhos. Estranhei o fato de que apesar de haver uma poeira fina no ar e por toda parte, ninguém usava máscara. Comentei com o companheiro de equipe e ele respondeu:

- Ora! Eles já estão acostumados!

Fiquei imaginando: como pode um ser humano deixar de usar equipamentos de segurança, pelo simples fato de já estar “acostumado”, ignorando que a longo prazo isso poderia acarretar sérias lesões pulmonares, diminuindo sua qualidade de vida? Porém, nada comentei. Achei que não seria o momento. Continuamos caminhando por um longo corredor em direção à porta de entrada do imenso galpão de ensacamento de cimento. No momento que a porta se abriu percebi no mesmo instante que ali se encontrava, pelo menos um dos motivos da licença saúde do outro colega. Uma fina nuvem de poeira cinzenta, não apenas pairava no ar, mas também permeava e envolvia tudo e a todos os trabalhadores. Olhando de lado perguntei ao colega:

Você também não tem usado máscara?

- Não - respondeu ele - tenho usado apenas o lenço assim, passando por cima do nariz e amarrado por trás da cabeça.

- Volto já - avisei - saindo em disparada pelo mesmo corredor que chegamos ali.



Fui direto ao escritório, onde me apresentei. Ao chegar e me dirigir ao “responsável”, perguntei se havia máscaras para trabalhar naquele recinto. Ele me respondeu que sim. Pediu que eu o acompanhasse e apontou para uma espécie de estante, em que havia vários capacetes, luvas e principalmente máscaras. Perguntei por qual motivo os funcionários não usavam os equipamentos.

- Por pura comodidade - respondeu ele - dizem que esquenta muito, que incomoda e atrapalha em todas as atividades. Bem que já tentei convencê-los, mas não obtive sucesso.

- Não penso como eles, estimo a boa saúde, por isso vou pegar logo duas máscaras.

- Pode usar à vontade.

Voltei ao galpão, chegando com minha máscara já colocada, ofereci a outro colega, que retirou o lenço e passou a usar também a sua por convencer-se de que seria mais adequada na filtragem do ar naquele ambiente.

Havia, pelo menos, duas coisas que chamavam mais atenção que duas pessoas estranhas e com máscaras naquele recinto, uma era uma esteira rolante comprida que elevava as sacas de cimento até uma altura de oito a dez metros, de onde eram desviadas para uma espécie de escorregador e direcionadas para a carroceria de um enorme caminhão. Outra era o desvio interrompido por qualquer motivo, provocando o rompimento da saca com o inevitável derrame de todo o conteúdo, ou o simples desvio e queda da saca ainda inteira, mas que se espatifava ao cair daquela altura, provocando a sensação de uma bomba, não pelo barulho, que era um pouco abafado, mas pela dispersão daquele pó cinza esbranquiçado de cimento para todos os lados, subindo ainda e se espalhando, como se tivesse sido embalado sob muita pressão.



Tudo parecia perfeitamente normal para uma fábrica de cimento, mas uma coisa estava me intrigando, assim perguntei ao meu colega:

- O QUE É MESMO QUE ESTAMOS FISCALIZANDO AQUI?

Ele sorriu, desculpou-se por não ter informado antes e comentou:

- Nossa meta é anotar o número de sacas que são envolvidas em todo procedimento. Neste recinto, basta anotar o número daquelas que caem e das que se rompem, porém com os dados da sacaria em estoque e das que saem, intactas, nos caminhões poderemos ao final de algum tempo estabelecer um padrão aceitável de perdas.

- Parece-me que a sua linha de raciocínio está voltada para desmascarar uma fraude baseada numa declaração de perdas exageradas, por parte do contribuinte.

- Você resumiu tudo. É isso mesmo. Concluindo, estamos diante de um caso que pacientemente trabalhado, esclarecerá ao final a fraude no I.P.I. que esta empresa tenta esconder.

Ficamos ali, trabalhando em nossas anotações até que a sirene tocou, a esteira foi desligada e chefes e funcionários pararam suas atividades. Quando saímos, olhamos assustados um para o outro, e dissemos:

- Você ficou muito mais velho nestas últimas quatro horas!

- Você sim. Olhe só estes cabelos brancos!

Só, então, lembrei que tinha esquecido o segundo item de segurança: o capacete.

As luzes do lado de fora e a poeira menos concentrada permitiam que se verificasse a dimensão do “estrago” que o pó de cimento provocara nas nossas roupas, sapatos e em nossos cabelos.



Quando chegamos ao carro no “estacionamento” pudemos constatar que tudo ali, mesmo tendo cores escuras, depois de algumas horas ficava cinza claro. E com o carro também foi assim. Nos espelhos do veículo, cada qual pode ter a verdadeira noção de ter cabelos brancos antes do tempo.

A pressa ao voltar para casa, naquele dia, tinha uma justificativa maior, ou seja, se livrar daquelas roupas poeirentas e tomar um bom banho. Pensei ainda na cruel possibilidade da reação química entre o cimento, água e xampu, provocando com o endurecimento dos cabelos uma espécie de “capacete branco natural”, - tipo dos bonecos playmobil. Mas logo que entrei no banho me convenci que alguns pensamentos são frutos do cansaço e das situações adversas.

Durante toda a semana fizemos e completamos esta fase do trabalho. Não tenho certeza de que esta seria minha linha de ação para uma fiscalização daquela natureza. Mas tenho em vista que outros colegas já tinham começado antes e não tendo atingido sua meta investigativa, só me restava respeitar o trabalho já efetuado e colaborar até a conclusão, o que ocorreu na sexta- feira.

Por falar nisto, não me lembro com certeza, “deu branco”, o valor do auto de infração apresentado ao final dos trabalhos naquela empresa, mas posso garantir, pelo menos este não ficou em BRANCO.



O dia que o mundo não acabou

Rubens Vitor Moreira

DRF Varginha/ MG

Puxar pela memória fatos interessantes e inusitados que acontecem no desenvolvimento de nosso trabalho não é tarefa fácil. A princípio, tudo é normal e corriqueiro. Mas, não deixam de ser interessantes certos acontecimentos banais. Com a finalidade de controlar os pagamentos de benefícios previdenciários, os cartórios de registros civis têm que encaminhar mensalmente as informações de óbitos ocorridos. E, no segundo semestre de 1999, último ano do milênio, foi programada a denominada “operação cartório”, a fim de cumprir tal obrigação, além de prestar as orientações necessárias. Cada auditor recebeu a listagem dos cartórios a serem visitados, com os nomes dos óbitos informados. Em agosto de 1999 ou, mais precisamente no dia 09, uma segunda-feira, eu estava indo verificar os cartórios de algumas cidades da região de Caxambu/MG. Raro era o cartório que estava cumprindo com as determinações legais.

No mês de agosto daquele ano, o grande assunto na mídia era o cumprimento de uma das profecias de Nostradamus, com o fim do mundo, após a ocorrência de um eclipse solar no hemisfério norte. Mas, eu não podia esperar pelo fim do mundo em casa. Estava com a carga de trabalho a ser cumprida. Após passar por algumas cidades, fazendo as anotações, lembro-me que em uma delas, a titular do cartório perguntou-me se eu acreditava em horóscopo. Para encurtar o assunto, disse que sim. Ela se propôs, inclusive, a fazer meu mapa astral. Logicamente, não passei meus dados e, coincidentemente, não precisei retornar ao cartório.



Cumprido parte do roteiro a mim incumbido, eu estava, no dia anterior ao fim do mundo, marcado para 11 de agosto de 1999 na cidade de Liberdade. Faltavam os cartórios de Bocaína de Minas e o distrito de Mirantão. Resolvi pernoitar na cidade de Liberdade, já que o mundo iria acabar no dia seguinte pelo menos eu estaria em uma cidade de nome apropriado. Fiquei no Hotel Central, que era o ponto de parada dos ônibus intermunicipais da região. No quarto não havia televisão. Assisti ao jornal na sala de estar, com alguns hóspedes. O comentário era de deboche e certa preocupação. O eclipse não seria visto no Brasil. E o fim do mundo? A minha operação cartório iria encerrar em Liberdade? Lanchei e fui dormir com certa ansiedade.

Acordei com o barulho de um ônibus parando em frente ao hotel. O dia estava claro e bonito. Menos mal! Na sala de café do hotel tinha uma parede toda autografada por artistas que ficaram hospedados ali em períodos de festas e exposições rurais. Poucos nomes eu conhecia. A televisão ligada informava sobre a proximidade do horário do eclipse. Os outros hóspedes já haviam deixado o hotel. Sobre a mesa, o tradicional café, leite, uma fatia de presunto e uma de queijo e um mísero pão, como se o dono do hotel não quisesse gastar mais nada, já que o fim do mundo estaria próximo. Comi sem reclamar. De repente o apresentador da televisão informa que o eclipse havia ocorrido normalmente, sem nenhum imprevisto mundial. Acertei as despesas do hotel, agradei e segui em direção a Bocaína de Minas e Mirantão, pois a “operação cartório” precisava continuar.

Em tempo, em determinada visita, a titular do cartório há muito não informava um único registro de óbito ao INSS. Mas, no livro de registro constavam diversos óbitos. Ela me disse que aqueles registros eram de mortes violentas ocorridas na região, principalmente de assassinatos praticados por marginais oriundos do estado do Rio de Janeiro e, que ela não sabia da necessidade de informar ao INSS.



O “mico” no leilão

Eloah Ribeiro dos Santos Faccio

ARF Jaboticabal/SP

Não me lembro ao certo o dia, nem o mês, mas deveria ser meados dos anos 80 quando esse episódio aconteceu. Eu trabalhava no SERAE (Serviço de Atividades Especiais) de Santos, e tinha, dentre outras, a função de ajudar em todos os leilões.

Era dia de leilão e, nesse dia, ele seria realizado no saguão da Delegacia da Receita Federal em Santos, no prédio da Alfândega, pois ali havia uma agência do Banco do Brasil à disposição para que fossem feitos os pagamentos dos lances. Havia muitas mercadorias a serem leiloadas e, no meio delas, vários legítimos tapetes persas. Eram belíssimos! Atraídos pelas excelentes mercadorias, muita gente importante, da mais alta sociedade santista, lá se reunia.

O leiloeiro leu as condições de venda a todos os presentes e deu início aos trabalhos. Depois disso, em certa hora do dia, entrou meio tímido no saguão um curioso rapaz. Ele vestia roupas simples, até meio sujas de graxa. Eu o conhecia, era empregado de uma firma de despachantes aduaneiros. Maravilhado com o que via, com o olhar fixo nas mercadorias que o leiloeiro apresentava, começou a dar lances. Um comprador gritava 60, ele retrucava 70! O outro comprador novamente 80, e ele 90! Depois de vários lances e passada uma hora e meia de debate, o rapaz humilde, enfim gritou: 300! Então, o outro comprador, que tanto queria o bendito tapete persa, o maior e mais belo de todos, mesmo já tendo arrematado outras peças, saiu bravo do saguão seguido por seus companheiros.



Chegado ao fim dos trabalhos, o simples rapaz, orgulhoso do feito e com brilhos nos olhos, foi pagar o bem adquirido no leilão. Pensava consigo: “minha esposa vai adorar esse lindo presente!” Ao pegar o Darf para realizar o pagamento, ele quase caiu para trás. Ficou tão assustado que mudou de cor (ficou branco, amarelo) e perdeu o ar. Foi grande o seu espanto ao ver o Darf de CR\$ 300.000,00. Nervoso e com muito medo, veio desesperado ao meu encontro, pedindo “pelo amor de Deus” para que eu o ajudasse a resolver aquela situação, pois o pobre rapaz achava que se tratava de uma compra de CR\$ 300,00. Então, levei a história ao conhecimento do meu chefe e o caso foi resolvido.

Mas que o pobre rapaz passou um belo aperto, passou!



O semibarbado

Pedro Angelo de Magalhães Verçosa

DRF Porto Alegre/ RS

Na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, assim como em outras unidades da RFB no país, os auditores em exercício na Fiscalização são usualmente chamados a colaborar com o Plantão Fiscal, durante o período de entrega das declarações de ajuste anual do imposto de renda das pessoas físicas. Nesse período, milhares de pessoas se dirigem ao edifício-sede do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul, onde funciona a delegacia, para buscarem esclarecimentos sobre o preenchimento dessas declarações e a utilização dos programas de computador a elas associados.

Tendo praticamente iniciado minha carreira na Receita Federal, trabalhando no atendimento ao público - primeiro, numa breve semana na agência do município de Itaguaí, no Rio de Janeiro; mais tarde, como um dos primeiros atendentes do CAC da delegacia de Nova Iguaçu, no mesmo estado - eu trouxe dessas experiências o gosto pelo atendimento ao público. Nele, existe a oportunidade de auxiliar diretamente às pessoas, mais do que simplesmente cobrar-lhes o cumprimento da nossa complexa legislação tributária.

Contudo, ao sair do cargo de Técnico do Tesouro Nacional (atual Analista Tributário da Receita Federal do Brasil), em razão da aprovação no concurso para Auditor-Fiscal, deixei o atendimento, ao menos como atividade principal. Passei a trabalhar na fiscalização - primeiro na área aduaneira e, posteriormente, na revisão das declarações de imposto de renda das pessoas físicas, atividade também denominada de malha fiscal ou, para o grande público, malha fina.



Mesmo na malha - que, para a população em geral, personifica-se na ameaçadora imagem do leão, ocasionalmente surgem oportunidades de auxiliar os contribuintes, ao esclarecer-lhes dúvidas ou orientá-los sobre como proceder para não cometerem infrações à legislação. Não obstante, as participações eventuais no Plantão Fiscal possibilitam-me reviver os tempos em que o auxílio aos contribuintes era dissociado do caráter um tanto quanto inquisitório dos procedimentos fiscais.

Para mim, o trabalho no Plantão é particularmente recompensador quando se atende a contribuintes de renda mais baixa. Esses, não raro, são compelidos a apresentar declarações de ajuste anual apenas para poderem exercer seu direito a restituições de imposto de renda na casa de uma ou algumas centenas de reais, ou simplesmente obrigados a declarar, em decorrência de alguma circunstância pessoal peculiar. Isso, quando não se pode dar a eles, com certa alegria, a notícia de que são desobrigados de apresentar a declaração do imposto de renda. Muita gente jovem e bem instruída se sente paralisada diante do desafio de preencher uma declaração que, por maior que seja o esforço do órgão em simplificá-la, será sempre o reflexo de uma legislação que não se permite chamar de simples. O que se dirá, então, dos idosos, geralmente, com baixo nível de letramento, que comparecem ao Plantão para saber se os minguados reais recebidos do INSS os obrigam à realização do ajuste anual? Contudo, não é bem esse o caso a ser narrado aqui, ao menos sob certos aspectos. Dos muitos atendimentos que efetuei no Plantão Fiscal, esse se fixou na minha memória, por conta das peculiaridades da pessoa atendida, e da tensão acumulada durante alguns minutos que pareceram multiplicar-se, à medida que passavam. Além disso, ficaram algumas importantes lições.

O Plantão Fiscal da delegacia de Porto Alegre ficava no térreo do edifício sede do Ministério da Fazenda - um monólito fincado numa região de aterros à margem do Guaíba. O apelido dado ao prédio - Chocolate - resume a sua aparência. Trata-se, entretanto, de construção robusta, com



um vasto hall de entrada, ao fundo do qual se encontram grandes e modernos elevadores que conduzem público e trabalhadores aos seus muitos andares. Em frente a esses elevadores, está o grande balcão de onde é coordenada a segurança do prédio, no qual os que não possuem crachás do Ministério da Fazenda devem credenciar-se para acessar as dependências do edifício. Ao lado do balcão, à esquerda de quem entra no prédio, encontram-se, isolados por divisórias: uma sala de espera para os contribuintes, a porta da qual há sempre um parrudo vigilante; internamente, voltada para a sala de espera e a Triagem, onde são distribuídas senhas para atendimento ao público. Atrás da triagem, situava-se a sala do Plantão Fiscal, acessada por meio de um corredor, que o separava de outra sala do Centro de Atendimento ao Contribuinte.

Um dia, dirigindo-me ao Plantão, vi um personagem que me era familiar: um homem que eu havia visto na rua, carregando um saco. Ambos - homem e saco - estavam próximos à outra sala de atendimento do CAC, o que me fez acreditar que se dirigiriam a ela. Além disso, ele aparentava ser um morador de rua, o que levava a crer que não teria motivo algum para procurar o Plantão Fiscal. Entrei na sala do Plantão e me deixei absorver pelos atendimentos, esquecendo completamente do exótico visitante.

Durante os segundos que costumam transcorrer entre a chamada do próximo contribuinte, no sistema Saga, e a entrada desse no recinto do atendimento, costuma haver uma certa expectativa sobre quem será a próxima pessoa a ser atendida. Essa expectativa se dá, principalmente, porque a aparência de quem é atendido permite antecipar, em parte, a natureza e a dificuldade do atendimento a ser realizado. A entrada no Plantão, por exemplo, de um homem de meia idade com uma pasta repleta de documentos já antecipa tratar-se, senão de um contador, de alguém com um problema mais complexo a resolver. A entrada de uma mulher jovem e bonita, por sua vez, pode não sugerir nada, mas provavelmente acarretará certo alvoroço entre os colegas do sexo masculino - depois, claro, da saída



da jovem. Eu me encontrava num desses momentos de expectativa quando a porta foi cruzada pela improvável figura do homem do saco. Veio caminhando em direção à minha mesa, em passos lentos, como se carregasse não o peso dos seus pertences, mas o da própria vida. Trajava bermuda e camisa de mangas curtas, em frangalhos. Seu cabelo, parcialmente grisalho, era crespo e meio longo, descendo mais ou menos à altura dos ombros. Usava óculos de armação metálica, de lentes retangulares, que destoavam um pouco da sua aparência geral. Quando o homem sentou-se, percebi o detalhe que talvez o tenha feito fixar-se na minha memória: ele era barbudo, tinha uma barba bastante comprida que ocupava somente metade do seu rosto, do lado esquerdo. A outra metade estava completamente escanhoada. Esse detalhe, somado com os demais, me fez esperar por um atendimento bastante complicado, pois sinalizava tratar-se de alguém com problemas mentais. Meu coração começou a palpitar, premido, por um lado, pela situação de risco que se via ali. Por outro, pelo forte odor que exalava do corpo ou das vestes do homem e me fazia segurar a respiração.

Tão lentamente quanto entrou, o homem sentou-se, não exatamente à minha frente, mas na cadeira normalmente utilizada pelos acompanhantes dos contribuintes. Fitando o nada, como quem está absorto nos próprios pensamentos, iniciou o diálogo descrito a seguir. Em nenhum momento, que eu me recorde, seu olhar se voltaria para mim.

Contrariando seu aspecto geral, ele falava de maneira bastante clara. Sua dicção me sugeriu que ele era mais culto e instruído do que aquilo que meus preconceitos haviam me levado a pensar.

- O que é imposto? - ele disse.

Por um instante, eu não sabia o que fazer. Embora não soubesse de cor o art. 16 do Código Tributário Nacional, bastava entrar na Internet para lembrar da definição técnica contida no CTN. Mas sempre procurei dirigir-me aos contribuintes em linguagem acessível, conforme as características de



cada um. Naquele caso específico, como dirigir-me ao meu interlocutor? Além disso, por que responder a uma pergunta que não levaria a nada, que não solucionaria problema algum para o seu autor? Rapidamente concluí, contudo, que aquele homem, como a qualquer pessoa que procura uma repartição pública em busca de informações, era devida uma explicação ou, ao menos, um esforço para encontrá-la. Antes que eu esboçasse qualquer reação, contudo, o homem voltou a falar.

- Se uma pessoa tem um imóvel, uma fazenda, ela tem que pagar imposto?

Agora sim, eu estava diante de uma pergunta normal, uma pergunta que fazia algum sentido, que poderia ajudar a resolver algum problema concreto. Comecei a imaginar o motivo pelo qual o homem havia perguntado aquilo, e respondi:

- Se alguém tem uma fazenda, pode ter que pagar algum imposto, como o ITR, o Imposto Territorial Rural.

Silêncio. O homem ruminou por alguns instantes, antes de fazer uma nova pergunta:

- Se uma pessoa tem uma fazenda, ela tem que pagar imposto de renda?

- Se a pessoa ganha alguma coisa com a fazenda, pode ser que tenha de pagar imposto de renda.

Novo período de silêncio, enquanto ele matutava sobre a questão.

- E o que é imposto de renda?

Mais uma questão que, naquele momento, pareceu-me quase filosófica. Afinal de contas, o que era o imposto de renda? O que era renda? O que era imposto? Mesmo os mais eminentes juristas se debatem sobre o que é, efetivamente, renda, no que diz respeito ao imposto sobre ela



incidente. Fazenda e contribuintes defendem, em inúmeras ações judiciais, seus próprios conceitos do que é e do que não é renda, em casos concretos. Como dar ao homem uma definição aproximada do que é renda, e da natureza do tributo sobre ela incidente?

- Imposto é um valor cobrado das pessoas pelo governo, para manter o governo, as escolas, os hospitais... O imposto de renda é cobrado das pessoas que ganham mais dinheiro.

- E o que é a Receita Federal?

Àquela altura, eu já estava preparado para perguntas dessa espécie. Respondi imediatamente:

- A Receita Federal é quem cobra o imposto das pessoas para o governo.

Assim continuou a nossa conversa. Imaginei que aquilo poderia se arrastar durante horas. Às vezes eu olhava para os colegas em outras mesas, mas eles continuavam concentrados no atendimento ou, ao menos, nos seus monitores. Ninguém parecia estar nem um pouco preocupado. Talvez só dessem bola para o homem quando ele se retirasse, levando consigo o seu halo odorífico.

Mas, repentinamente, ele se deu por satisfeito com as minhas respostas, entabulando alguns raciocínios em voz alta - ou melhor, sussurrando-os para si mesmo - e levantando rumo à porta de saída da sala, sempre olhando para algum ponto dentro da sua própria mente. Meus colegas continuaram cuidando de suas tarefas, sem demonstrar qualquer incômodo.

O semibarbado cruzou a porta, e nunca mais o vi. Talvez fosse figura assídua do Plantão, desconhecido somente para colaboradores ocasionais,



como eu. Ou talvez eu tenha sido o único a notar, por mais do que alguns segundos, a sua passagem pelo prédio do Ministério da Fazenda. Sua presença atçou minha imaginação. Enquanto o atendia, ficava fantasiando os motivos pelos quais o homem não tinha metade da barba, e encontrava-se naquelas condições.

Num dado momento, formou-se um quadro imaginário sobre a história daquele indivíduo: herdeiro de família de fazendeiros de alguma cidade do interior, ele começara, ainda jovem, a apresentar distúrbios mentais, catalisados por algum evento dramático, como uma desilusão amorosa. Aos poucos, foi se afastando da família, vindo morar em Porto Alegre. Aqui, os distúrbios se intensificaram, e ele foi se afastando da realidade. Perdeu o contato com a família, que inicialmente lhe mandava dinheiro para sustentar-se. Em sua cidade natal, é dado como desaparecido, mas os seus irmãos não fazem nenhum esforço para encontrá-lo, e seus pais já faleceram. Aliás, os irmãos já foram contatados por assistentes sociais da capital, mas preferiram manter em segredo, na cidade, a descoberta do paradeiro do irmão. Por questões patrimoniais e financeiras, e pela desagradável perspectiva de ter que cuidar de alguém que, para eles, representa somente um estorvo, não querem de volta o irmão problemático. Certa noite, enquanto dormia sob uma marquise, o hoje semibarbado foi acometido de hipotermia, agravada pelo álcool consumido para se aquecer. Enquanto transitava, entre idas e vindas, da vida para o nada, teve uma revelação: deveria passar a fazer somente metade da barba. Tão logo se recuperou, colocou em prática o prometido em sonho. Por sob as brumas da loucura, o semibarbado tem uma ideia fixa: as fazendas que deixou para trás. Não que ele as queira reclamar. Pelo contrário, teme as responsabilidades associadas à herança, que o assombram constantemente. O medo dessas responsabilidades que, entre outras razões, levou-o a partir para Porto Alegre, também o levou ao Chocolateiro, naquele dia de Plantão Fiscal. Ele queria saber se, por ter propriedades rurais, devia alguma coisa ao governo.



Desvarios (meus) à parte, o semibarbado me deixou algumas lições: a primeira, que é conhecida por todos na teoria, mas difícil de praticar, é que não se deve julgar as pessoas pela sua aparência. Aquele homem, ao contrário do que eu pensara, não provocou nenhum fuzuê no atendimento. Não ficou mais tempo que o razoável. Apenas foi ali, como qualquer cidadão, tentar esclarecer uma questão que o atordoava. Entrou, pegou sua senha, esperou e encaminhou-se ao local de atendimento, quando o número de sua senha surgiu no painel. Fez as perguntas que achou que deveria fazer e, quando se deu por satisfeito, retirou-se. A outra lição que ele me deixou foi a da modéstia - a noção do quanto se é inevitavelmente ignorante, de como perguntas simples, como as que ele me fez, podem embaraçar mesmo aqueles que têm, no assunto sobre o qual se pergunta, o seu mister.

Em todo o Brasil, milhares de pessoas se dirigem, todos os dias, às unidades da Receita Federal, em busca de informações e auxílio na resolução de questões tributárias e cadastrais. Ao contrário do que usualmente ocorre na iniciativa privada, trata-se de um ambiente aberto a todos, em que mesmo aquele que se alijou da sociedade de consumo encontra acolhida e respeito. Sem ter passado pela vigilância e pela triagem, o semibarbado jamais teria chegado a mim.

Esse caso me deu a dimensão do que representa o serviço público brasileiro e, em particular, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, para gente que, de outra forma, estaria completamente desamparada e impossibilitada de exercer a sua cidadania. Sob esse aspecto, a RFB representa um modelo de atendimento entre os órgãos públicos, ao tratar a todos os que a procuram como o que efetivamente são: cidadãos.



Passa Vinte

Rubens Vitor Moreira

DRF Varginha/ MG

O município de Passa Vinte, em Minas Gerais, fica distante da cidade de Varginha cerca de 250 km. Segue por estrada asfaltada até o município de Liberdade e, dali pra frente, o acesso é por terra, por aproximadamente 50 km. À época, a fiscalização do município estava subordinada à Delegacia da Receita Previdenciária de Varginha. Havia a necessidade de fiscalizar o município. Porém, devido às dificuldades de acesso e à distância um tanto quanto incomum, não havia voluntários para realizar tal tarefa. A dificuldade maior era enfrentar o trecho sem asfalto. Mas, a fiscalização tinha que ser realizada a todo custo. No inverno, já encerrada a temporada de chuvas, por livre e espontânea pressão, a fiscalização sobrou para mim e o colega Adilson.

O período a ser fiscalizado era longo e demandaria um tempo considerável para ser realizado. Munidos de toda documentação necessária e disposição possível, partimos para Passa Vinte. Fomos na caminhonete do Adilson. Pelo menos o veículo era adequado ao caminho a ser percorrido. Até a cidade de Liberdade, tudo desenvolveu bem. Dali em diante, começaria o *rally*. No começo até que a estrada não apresentava dificuldades. Mas, à medida que se afastava da cidade de Liberdade, começava a piorar. Havia trecho que a estrada afinilava, dando a impressão que ia terminar. Raramente se via alguém no caminho. Apenas alguns casebres distantes. Cautelosamente, sugeri que deveríamos perguntar se estávamos no caminho certo. Ele, com o seu profundo censo de conhecedor de roteiros rurais, limitava-se a dizer que o caminho era aquele mesmo. Não



deu outra. Estávamos indo na direção errada. Refeito o trajeto, seguimos. Apesar das subidas e descidas por trechos tortuosos e perigosos, era um caminho de rara beleza. Em certo trecho se avistava os trilhos da linha férrea, passando por entre as montanhas e vales. Vencida essa etapa, lá estava Passa Vinte, em um vale, abaixo de onde estávamos. A primeira vista que se tem da cidade é um enorme paredão de pedra, emoldurando a paisagem urbana.

A primeira tarefa foi procurar de acomodações. Ficamos em um hotel perto da estação de trem. A segunda tarefa, encontrar um restaurante para almoçar. Seguindo a sugestão do proprietário do hotel, fomos até uma pensão. Era um ambiente rústico, mas agradável. A parede ostentava uma tabela que dizia: "prato fundo: R\$4,00; prato raso: R\$5,00". Só para garantir e, sem ver a profundidade do prato, pedimos ao senhor que nos atendeu o tal prato fundo. Perguntando o que tinha para servir, limitou-se a responder: "frango, vaca e porco". Era a segunda opção que tínhamos que fazer. Cuidadosos com nossa alimentação, escolhemos o frango. Que arrependimento! Nunca vimos um frango tão demorado para preparar. Ao servir, perguntou secamente: "taioba ou couve?" Era a terceira opção que tínhamos de selecionar. Fui de taioba, sem nunca ter comido. Conhecia apenas por nome, desde meu tempo de infância, quando me recusava a comer qualquer tipo de verdura que minha mãe preparava. Ou seja, estava ali a oportunidade de me redimir perante a lembrança da minha mãe. Adilson, desconfiado como sempre, foi de couve. Após o sofrimento da espera e, vendo a real profundidade do prato, concluímos que deveríamos ter escolhido o raso. Digamos, seria o mais razoável.

Já recuperados, fomos até a prefeitura municipal, para iniciarmos os trabalhos. O local era pequeno e não tinha uma sala adequada para nos acomodar. Tivemos que ficar na área de acesso ao atendimento local. Como dito, o período de verificação era longo. Ao abrir as caixas mais antigas com



os documentos a serem verificados, saiam baratas enormes e lagartixas. Era cada susto. Enfim, concluído o primeiro dia de trabalho, fomos ao hotel. Resolvi fazer uma caminhada até a estrada de terra por onde chegamos. Adilson preferiu ficar no hotel. Estava anoitecendo e, à medida que subia a estrada deserta, vinha à mente qual seria minha reação se aparecesse algum animal por ali. Retornei o mais rápido possível.

À noite saímos para dar uma volta. Em quinze minutos já conhecíamos praticamente a cidade toda. Em virtude do prato fundo, o nosso lanche se resumiu ao tradicional kit de sobrevivência que adotamos em nosso dia a dia de trabalho fora de casa: bolacha, chocolate, refrigerante e água.

Manhã de terça-feira. Acordei com o barulho do trem chegando à estação. Com o corpo refeito do cansaço do dia anterior, retornamos ao trabalho, com o propósito de terminar o mais rápido possível o período a ser fiscalizado. A partir deste dia adotamos o prato raso. Esquecemos definitivamente o frango.

Encerrado o expediente, limitei-me a fazer minha caminhada pelas ruas da cidade. Não estava a fim de encarar nenhuma onça. Naquela época, o Adilson, tinha por hábito tomar uma cervejinha à noite, de terça a domingo. Segundo ele, a segunda-feira era dia de folga. E, perto do hotel, atravessando a linha do trem, tinha um ponto comercial. Uma tradicional “venda” do interior. Acompanhei o Adilson até lá. Fazia um frio de rachar. Entramos. Ele pediu uma cerveja. "Com isopor, por favor". Segundo ele, o isopor é para não formar aquela poça d'água perto do copo. Tem certa lógica. Eu me limitei a degustar uma pinguinha. Balcão de madeira, todo riscado de faca e canivete. Tinha os nomes mais variados escritos naquela madeira escura. Desenhos de animais e plantas. Traçados que mais pareciam grandes negócios realizados ali, sobre o balcão. Sacos de mantimentos abertos pelos



cantos. Rações e ferramentas. Enfim, tinha de tudo um pouco. De terça a quinta-feira, marcamos ponto na vendinha, após o expediente.

E, assim foi a semana. Prato raso, sempre. Taioba, hoje. Couve, amanhã. Acostumamos com as baratas e lagartixas e, vice-versa. Para retornar, fizemos outro roteiro. Seguimos um trecho por estrada de terra, até alcançar a Via Dutra, indo em direção ao estado de São Paulo, entrando novamente em Minas Gerais. Inclusive, com direito a pedágio. Nesse trajeto a distância até Varginha passou para 320 km.

Após algumas semanas e, encerrados os trabalhos definitivamente, resolvemos retornar pela estrada de terra. Adilson havia comprado uma máquina digital, e seria a oportunidade de registrar a nossa aventura inicial. Paramos no local onde se avistava ao longe a linha férrea. Coincidentemente apareceu o trem de ferro. Empunhou a máquina digital e começou a fotografar. Tirou diversas fotos. Na época, máquina digital era novidade. Seguimos viagem. Em Varginha, perguntei-lhe se as fotos haviam ficado boas. Meio sem graça, disse que não havia nenhuma foto de nossa viagem. Na época os cartões de memória tinham pequenas capacidades de armazenamento e o que estava na máquina se encontrava cheio.

Apesar de todos os contratemplos, o trabalho foi cumprido e restaram na memória os bons momentos que passamos na bela cidade de Passa Vinte.

Dedico este relato ao grande amigo Adilson, sem o qual esta história não teria graça nenhuma.



Por que todo auditor-fiscal, no fundo no fundo, gostaria de ser Sherlock Holmes?

Marcelo Joventino Freitas

DRF Blumenau/SC

Em meados de 2007, um auditor-fiscal lotado em Rio do Sul/SC teve conhecimento de um pedido de restituição relativo a serviços realizados com retenção de contribuição previdenciária. A empresa em questão tinha contrato com a Prefeitura da cidade vizinha para fornecimento de mão de obra para limpeza urbana de uma pitoresca cidade do alto vale do Itajaí.

Para surpresa do auditor, a empresa que recebia pagamentos mensais pela execução do serviço contratado não tinha empregados registrados. De fato, o auditor estava diante de um grande mistério: quem, afinal, faria o recolhimento de lixo, se não havia ninguém contratado para tanto? Será que na empresa havia caminhões equipados com robôs importados diretamente da China e que faziam todo o recolhimento de lixo? Será que o serviço nunca havia sido realizado e a nossa pitoresca cidade vivia coberta de detritos? Nosso Sherlock do Vale do Itajaí, suspeitando de algo, dirigiu-se à pequena cidade para constatar como era feito o recolhimento de lixo.

Para tanto, o fiscal teve uma brilhante ideia. Ao encontrar o caminhão que realizava a limpeza urbana, o qual, pasmem, existia e não era operado por robôs moderníssimos, identificou-se e fez uma verificação física das pessoas que estavam trabalhando no caminhão. Sherlock decifrou, então, o mistério, constatando que as pessoas que estavam realizando a coleta de lixo não estavam registradas e que os respectivos pagamentos eram feitos sem o devido registro contábil.



Elementar, meu caro Watson, o auditor, pelo feito, ganhou a fama de um grande detetive especialista de casos absurdos, e a empresa... Bem, essa, passou maus bocados, foi feita representação para fiscalização do trabalho, lançamento das contribuições sociais devidas e indeferimento da restituição pleiteada.



Que sufoco... hein, Olivetti!

Walderez Maria Mayer Bueno Otto

ARF Toledo/PR

Quando a Unidade da Receita Federal foi instalada em Toledo, no ano de 1957, não foi tão simples assim. Nada havia de logística para seu funcionamento, apenas uma pequena sala com uma mesa, uma cadeira, um arquivo, um balcão para atendimento, borracha, régua, lápis, canetas de pena (aquelas que precisavam ser molhadas num reservatório de tinta), e o famoso mata-borrão (aquele que se usava para absorver o excesso de tinta ou líquido indesejável). Nunca usei ... Mas vi.

Na ocasião, foi nomeado para o cargo de Coletor Federal o Sr. Oldemar Solano Bueno, que assumiu a Coletoria Federal em Toledo, com determinação e muita garra, porque teria que usar de muita criatividade para realizar o trabalho um tanto desconhecido e sem um mentor. Esse trabalho foi sendo executado somente por ele, e por muito tempo, de modo comprometido com a instituição, onde tudo era feito manualmente com os recursos da época.

Todo relatório era feito em livros de registro, impecável, letras desenhadas e uniformes, sem uma rasura sequer, era de ficar de “queixo caído” ! Impressionante a perfeição !

Assim, foi passando o tempo, a demanda foi aumentando, as atividades se multiplicando e o Coletor Federal, Sr. Oldemar, sentiu a necessidade de contratar um colaborador. Precisava tomar essa iniciativa imediatamente e não pensou duas vezes. Ao contratar o colaborador precisava aprimorar seus recursos para que houvesse maior desempenho das



funções da Instituição. Eis que surgiu a ideia de comprar uma máquina de escrever. Mas como? Os recursos eram poucos, a administração nem de longe disponibilizaria verba para aquisição de algo tão inovador, digamos sofisticado para a época.

Determinado em seu propósito e diante da necessidade, conversa vai, conversa vem, surgiu então a proposta do dono de um cartório local para que juntos adquirissem uma máquina de datilografia disponível no mercado. Decidiram, então, comprar uma Olivetti. Era bonita, chique, poderosa e perfeita para atender seus objetivos.

Havia um porém, como iriam usar a dita cuja, precisariam organizar uma tabela para que não houvesse conflito. Ficou acordado entre as partes que nos dias normais um usaria pela manhã e o outro à tarde. Quem precisasse mais, usaria a noite para que ninguém se sentisse prejudicado. Tudo transcorreu na maior paz, por muito tempo.

Foi numa dessas idas e vindas da tal Olivetti, que foi contratado um novo funcionário no cartório, moço atencioso, educadíssimo e sem rodeios. E justamente naquela semana o Sr. Oldemar não usaria a máquina de escrever porque estava chegando o final do ano, dezembro, mês em que os dias e noites se emendavam, sem trégua, época de fechar os “Balancetes”, fechamento do ano, relatórios e mais relatórios de todos os serviços e procedimentos da então Coletoria Federal e com certeza usaria a “dita” máquina dias a fio. Assim, o dono do cartório avisou seus funcionários que utilizassem a máquina o tempo necessário, mas quando viessem buscá-la deveriam entregá-la sem relutar.

Passados alguns dias, numa tarde tranquila, chega um certo cidadão no cartório e começa a falar:

- Eu vim buscar



O novo funcionário nem esperou o cidadão completar a frase e foi logo dizendo:

- Um momento, por favor!

E correu para o interior do cartório e voltou com a Olivetti nos braços e entregou para o cidadão que ficou parado, olhando para o funcionário sem entender nada e tentava explicar, mas o moço do cartório insistia:

- Pode levar. Meu chefe disse que era só entregar, não precisa assinar nada.

- Mas... - Disse o homem.

- Sr. pode levar, está tudo certo! - Dizia o funcionário.

Bem, diante de tanta insistência, o cidadão mesmo sem nada compreender, pegou a máquina de escrever e foi para casa, perguntando-se pelo caminho: meu Deus, o que vou fazer com isso? Nem sei para que serve! E ficou olhando aquela “coisa” sem entender nada. Guardou e pensou: presente “esquisitinho” esse. Mas já que é presente vou deixar aí, quem sabe um dia eu ache um jeito de usar.

Quase no final de novembro, ninguém sentiu falta da máquina porque o cartório pensou que o Coletor havia precisado dela antes do período combinado e daria para levar o serviço assim mesmo. Mas, aí a “bomba” estourou. No dia primeiro de dezembro, o Sr. Oldemar pediu para o seu colaborador pegar a máquina porque começariam os relatórios a partir daquela data.

Chegando ao cartório, foi logo falando que tinha ido pegar a máquina de escrever. Para espanto de todos, olharam-se fixamente sem entenderem nada, e o cartório falou:



- Amigo... você está brincando? A máquina está com vocês há uns dez dias.

- Claro que não! O combinado foi de pegarmos ela no mês de dezembro e vim buscá-la. Não a pegamos, tenho certeza.

Era só o que faltava, todo aquele trabalho por fazer e sem o instrumento adequado que tinham certeza que seria a salvação. O que aconteceu? Ninguém soube responder.

Mas, lá num cantinho ouvindo tudo calado, timidamente aproximou-se o funcionário novo do cartório e manifestou-se, lembrou prontamente que havia entregue a máquina para um senhor que veio ao cartório, mas não sabia o nome e nem lembrava direito quem era. Misteriosamente, lá se foi o sonho de fazer um lindo relatório datilografado, teriam que se virar e fazer tudo manuscrito. Só de pensar começaram a suar.

Fazer o quê? O trabalho teria que ser desempenhado. Baixou uma tristeza no pessoal, porque, quisessem ou não, o serviço seria dobrado, não tinha outra solução a não ser trabalhar noite à dentro fazendo relatórios e atender o público durante o expediente.

Certo dia, pairava uma tensão muito grande no ambiente de trabalho, o cansaço tomava conta do grupo, o serviço era intenso, as madrugadas eram intermináveis... e mesmo no início do mês já era visível que teríamos um grande percurso pela frente. Já na metade do expediente, entra um cidadão solicitando um documento que deveria ser emitido pela Coletoria Federal de Toledo, documento que já há muito tempo era feito num modelo padrão, datilografado, com categoria, digno de uma Instituição Pública. Ao atender o contribuinte, o Coletor explicou para o tal cidadão que teria que emitir um documento manuscrito, porque inexplicavelmente a máquina de escrever havia sumido sem deixar rastros.

- Incrédulo, o cidadão olhou bem fixo par o Sr. Oldemar e perguntou:



- Por acaso é uma máquina azul, com um monte de bolinhas que tem letrinhas e tem um barulho esquisito quando a gente mexe nela?

Sem acreditar no que estava ouvindo, o coletor ficou parado, sem ação e pensativo, indagou:

- Como você sabe disso?

E o cidadão coçou a cabeça... riu e respondeu:

- É que outro dia eu fui ao cartório e chegando lá tentei falar para o funcionário que eu tinha ido buscar um documento, mas ele nem deixou eu me explicar e já foi me entregando essa “coisa”... tentei explicar novamente e ele insistiu tanto que acabei levando para casa e até agora não entendi nada, nem mesmo eu saberia o que fazer com aquilo.

Houve um silêncio geral... e não se contendo todos começaram a gargalhar e rir da situação que mesmo engraçada, era sim uma dádiva para a equipe de trabalho.

Foi com imenso alívio que o coletor recebeu essa notícia. Explicou então para o cidadão que realmente a máquina deveria ser entregue para quem fosse buscá-la, mas era para entregar para alguém que trabalhava na Coletoria Federal, e que por querer atender bem as pessoas, o funcionário do cartório se precipitou e arranjou uma grande confusão.

Enfim, para a alegria geral de todos, de volta em grande estilo, a famigerada máquina de escrever Olivetti contemplou todas as expectativas da unidade local, na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Foi a primeira máquina de escrever da Coletoria Federal em Toledo, ano de 1958, adquirida pelo então chefe da unidade, Sr. Oldemar Solano Bueno (falecido em 2008), comprada com seus próprios recursos. Este relato foi feito por ele, meu pai, Oldemar, que eu ouvi muitas vezes quando sentávamos para conversar e relembrar os velhos tempos.



Sufoco na Amazônia

André Vieira Menke

UC/DF

Até o final de 1986, a Secretaria da Receita Federal era a responsável pela fiscalização do recolhimento do IUM (Imposto Único sobre Minerais), com foco na produção de ouro. A SRF criou o chamado “Projeto Ouro”. No projeto, se destacavam equipes de três servidores para fiscalizarem os garimpos e lojas que compravam ouro em Serra Pelada, Itaituba e Alta Floresta (são os locais que me lembro).

Em agosto de 1986, fui designado para integrar a equipe que se dirigira para Itaituba - PA, junto com os colegas Aparecido (SP) e Rui (PR). Ficaríamos na cidade por um período de trinta dias, como era de praxe nesse trabalho.

O que me motivou a participar do projeto foi o fato de ter me casado em maio e, estando ainda na fase de montagem da nova casa, precisar de recursos financeiros para tal. Um mês recebendo diárias seria uma boa maneira de fazer um “pé de meia”.

Conheci os colegas que também fariam parte da equipe no dia anterior à partida para Itaituba, pois eles vieram um dia antes para Brasília para que pudéssemos ser instruídos a respeito do trabalho que iríamos fazer naquela cidade paraense, uma vez que todos os três componentes da equipe jamais haviam participado deste projeto.

No dia seguinte, logo cedo, pegamos um avião para Santarém-PA (com escala em Manaus-AM), onde faríamos uma conexão para nos dirigirmos a Itaituba-PA. Chegamos a Santarém, já perto da hora do almoço



e para nossa surpresa, havia um carro da Receita Federal a nossa espera. Como nosso voo para Itaituba ainda levaria umas quatro horas para sair, pediram que nos dirigíssemos para a Delegacia de Santarém.

Almoçamos e voltamos para a Delegacia. Em breve reunião com o Delegado, foi solicitado ao colega Aparecido, que era chefe da equipe, que este permanecesse em Santarém por mais um dia ou dois, sendo que a Delegacia providenciara todo o processo de alteração de passagens e etc. Eu e o colega Rui seguiríamos para Itaituba- PA.

Chegamos ao pequeno aeroporto de Itaituba no final da tarde de um dia esplendoroso, onde fiquei impressionado com o mar verde que é a floresta Amazônica. Como o avião da empresa TABA não era muito grande, na altitude em que voava era possível observarmos a floresta de um ângulo que eu jamais havia visto.

Em Itaituba, o colega que era o agente da Receita Federal foi nos receber no aeroporto e nos levou diretamente para a Agência, pois ficaríamos hospedados no alojamento que havia ao lado. Muito cortês, logo em nosso primeiro contato, ofereceu armas para que utilizássemos enquanto estivéssemos lá. Segundo ele a cidade era muito perigosa e que servidores da Receita não eram, por assim dizer, bem vistos pelos garimpeiros e donos de lojas. Pediu, também, que não falássemos absolutamente nada sobre as operações que realizaríamos na cidade, já que ele vivia ali com sua família, se soubesse de algo, informaria às pessoas do que iríamos fazer. Era a maneira que ele tinha de preservar sua integridade e de sua família, em uma cidade em que ele era o representante permanente da Receita Federal.

Após essa breve conversa, fomos levados ao alojamento. Mal começamos a desfazer as malas fomos chamados novamente para a Agência, pois o colega Aparecido estava ao telefone querendo conversar conosco para se inteirar de toda legislação e dos procedimentos quanto às questões que envolviam aquele gerente.



Faltando dois dias para nossa partida, ele me chamou e junto com o colega Rui, explicou o que faríamos no dia seguinte. No meio da tarde iríamos retornar àquela loja, desta vez acompanhados pela Polícia Federal e faríamos a apreensão de todas as joias que estavam no cofre, pois o tal gerente estava executando uma ilegal concessão de empréstimos, agiotagem, etc... Depois as joias seriam depositadas na Agência da Caixa Econômica Federal, que ficaria com a guarda até a solução final do processo.

Tal qual o combinado, o carro da Polícia Federal parou na frente da Agência com o Delegado e dois agentes e nos escoltaram até a loja. Quando chegamos lá, antes mesmo de sairmos do nosso carro, eles já entravam na loja. Os agentes portando metralhadoras e o Delegado, um revólver. Proibiram a saída de qualquer pessoa. Foram revistando e liberando as pessoas e mandaram os funcionários da loja ficarem sentados e quietos atrás do balcão.

Quando tudo estava dentro dos parâmetros de segurança, eles nos “convidaram” a entrar. O Delegado estava na mesa do gerente e de maneira discreta, mantinha o seu revólver apontado para ele. Foi possível observar, que ao lado do Delegado, também havia um rifle/espingarda, que soubemos ser do próprio gerente (para sua garantia pessoal).

O Delegado falou para o gerente abrir o cofre e que se ele fizesse qualquer movimento suspeito, não hesitaria em disparar. Ao abrir o cofre, verificamos que havia aumentado o número de joias. Retiramos e catalogamos todas e posteriormente as colocamos dentro de um saco de transporte de malote.

Ao sairmos, ainda escutamos o gerente falar: os garimpeiros vão me matar quando descobrirem o que aconteceu aqui, mas eu mato vocês antes disso. Dali, fomos diretamente para a Agência da Caixa Econômica Federal, onde ainda ficamos por mais algumas horas, para deixar as joias sob a guarda daquele banco.



Não sei quanto valiam exatamente aquelas joias, mas a grosso modo, achei que passava de US\$ 1.000.000. Imaginem o ódio que este gerente estava no momento e em sua situação pessoal. Garimpeiros não são pessoas de trato fácil, ainda mais quando se mexe no bolso deles. No caso, tenho certeza de que muitas daquelas joias eram o tesouro deles e que eles utilizavam a loja como um fiel depositário de seus bens, pois não tinham nenhuma segurança nos garimpos.

De tal sorte, que a Polícia Federal, fez plantão naquela noite, tomando conta do alojamento e no dia seguinte logo cedo nos levou para o aeroporto de Itaituba, acompanhando-nos até dentro do avião. E ainda fizeram uma pequena revista nos passageiros, para evitar que houvesse ali alguém mal intencionado, ainda mais que Itaituba não tinha detector de metais e acredito que isso ocorra até hoje.

Para nossa segurança, quando pousamos em Santarém, havia outra equipe da PF que nos levou até à Delegacia, de onde fomos despachados em voos separados, cada um para seu destino.

Desde então, nunca mais voltei a ver os colegas que estiveram comigo naquela empreitada.



Um caso de amor

Ana Cristina dos Santos

CAC Tatuapé/SP

Muitos conhecem a história de Eloy Chaves, patrono da Previdência Social brasileira e instituidor das caixas de Aposentadorias e Pensões, através da Lei 4682, de 24/01/1923, data em que se comemora o aniversário dessa importante conquista do trabalhador brasileiro. Mas a que vou contar é diferente da conhecida por todos, trata-se de uma história de amor. Você deve estar se perguntado o que Eloy Chaves tem a ver com uma história de amor. É aí que entra a nossa protagonista, Emília.

Era um dia especial para nós, em que nosso gerente iria indicar o funcionário padrão daquela unidade. Havia uma forte torcida por uma funcionária muito especial e querida por todos, a Emília, e para contentamento geral, a indicação foi mesmo para ela. A servidora responsável pela publicidade se dirigiu à orgulhosa equipe da mais nova funcionária padrão, a fim de obter seu nome completo, matrícula e assim proceder a publicação do fato.

Contagiados pela alegria do momento, fizemos daquele instante uma farra. Todos falavam ao mesmo tempo deixando atordoada a pobre moça que veio colher informações. A publicitária, no entanto, estava decidida a executar sua tarefa de maneira imediata, não se importando muito com as brincadeiras inevitáveis, passando a questionar Emília sobre seus dados pessoais e anotando tudo cuidadosamente. Quando indagou sobre seu nome completo, Emília foi atropelada por outra interlocutora que acrescentou ainda em tom de brincadeira o sobrenome Chaves ao nome de Emília.



Prática essa comum ao grupo, que costumava se referir ao patrono da Previdência Social, Eloy Chaves, como seu amante.

Havia mais de um motivo para atribuir a ela o encargo de amante de Eloy Chaves. O primeiro era seu amor incondicional à instituição, demonstrando por meio de sua dedicação, carinho, respeito e alegria de servir àquela casa. O segundo motivo era o fato de ela ser a servidora mais antiga da equipe, somando, na época, mais de quarenta anos de trabalho. Para nós, esse sim era um lindo caso de amor. Lógico que no meio daquela euforia, a publicitária não se deu conta da brincadeira, o que ocasionou a publicação em Diário Oficial do “falso” sobrenome da funcionária padrão. Posso garantir que tal publicação foi um verdadeiro sucesso, exibida em lugar de destaque para que não restassem dúvidas da eterna ligação de uma simples servidora do então INSS com o homem mais importante da instituição, Eloy Chaves. Esse momento foi eternizado em nossas mentes, fazendo parte constante dos nossos assuntos.

Em 2004, quando nossa querida Emília B. Chaves foi aposentada, aos 70 anos, pela “expulsória”, ficou entre todos nós uma grande preocupação com seu bem estar, pois sabíamos o quanto significava para ela o trabalho. Felizmente, mais de uma vez fomos surpreendidos por essa grande lutadora, que não perdeu a oportunidade de nos dar mais um exemplo de vida. Ela deu a volta por cima e superou o trauma da “separação”. Nosso dia a dia é cruel, e traz sempre um descontentamento, seja o excesso de trabalho, seja o trânsito, ou outro problema qualquer. E não adianta, eles fazem questão de estar sempre presentes em nossas vidas, mas a diferença se faz no saber lidar com esses desafios. Da convivência com essa querida amiga, trago sempre comigo o exemplo. Nos vinte e poucos anos de trabalho, felizmente, conheci muitas “Emílias”, nomes que não caberiam nessa página. Amigas e amigos queridos e eternos, anjos amigos ou amigos anjos, que tornam nossas vidas especiais, transformam nossos problemas em pequenos desafios e fazem a vida valer à pena.



Vacina de brucelose

Cleudo Matos de Medeiros

DRF Caruaru/PE

Quando um contribuinte não alfabetizado chega à Receita Federal nem sempre sabe o que quer. Pega o documento que está trazendo, que alguém mandou que trouxesse, e empurra sobre o balcão meio assustado. Na maioria das vezes a gente consegue resolver o problema.

No ano de 2007, na agência da Receita Federal em Arcoverde, eu estava atendendo o público quando apareceu um cidadão meio desconfiado. Num gesto característico, empurrou uma folha de papel lentamente sobre o balcão. Peguei a folha de papel e li o cabeçalho, que dizia: “Vacina de Brucelose”. Fingi que continuava lendo, mas na verdade ganhava tempo para me recompor, porque mentalmente eu repetia a frase: “agora eu me lasquei”. Depois de um tempo, cruzei as mão sobre o papel, olhei o contribuinte bem nos olhos e, com um toque de sadismo, perguntei calmamente:

- Pois não, o que é que o senhor deseja?

O caboclo arregalou os olhos, olhou rapidamente para direita, para esquerda e gritou:

- ZEFINHA! VENHA RESPONDÊ O HOMI AQUÊ!

Lá vem Zefinha. Vestido de chita, olhando para os cantos do teto como se estivesse procurando alguma coisa. Coitada de Dona Zefinha, além de tudo ainda é pau-mandado. Depois de tratar o contribuinte com requintes de crueldade, passamos à fase dois do processo, o interrogatório:



- O senhor vai comprar alguma terra? Vai vender alguma coisa? Está querendo se aposentar?

Está precisando tirar algum documento? Quem mandou o senhor vir aqui?

Descobrimos que o cidadão tinha vindo de uma cidade a mais de cem quilômetros de distância para resolver o problema dele, que ele não sabia qual era. Isso só aumentou nosso empenho em ajudá-lo, o que nos levou à fase três do processo: a solidariedade do grupo. A aquela altura todo mundo na agência já havia percebido o que estava acontecendo, então, os colegas começaram a tentar ajudar. Até o contador que estava sentado começou a dar pitacos. Essa é uma fase perigosa, porque se a gente não tomar cuidado o contribuinte sai da Receita com um Imóvel Rural cadastrado no nome dele e devendo as últimas cinco declarações de terra.

Na fase da solidariedade, uma atenção especial merece Dona Lúcia. Ela é uma servidora que, embora já aposentada, ainda trabalha no atendimento ao público. Dona Lúcia se aproximou do contribuinte e disse:

- Pobre homem! POBRE coitado! Como se manda uma POBRE CRIATURA DESSAS vir resolver isso aqui.

O cabra olha por baixo, meio que na berlinda, sem saber se agradece ou se manda... Enfim, lutamos com essa “pobre criatura” até mais de meio-dia. Já não tinha mais ninguém na agência e eu, faminto, sem encontrar outra saída, dei o seguinte diagnóstico:

- Bem, vacina de brucelose é uma vacina de gado, o que é que o senhor pode fazer com gado? Comprar, vender ou transportar. Já que o senhor veio de tão longe, dê um pulinho na Fazenda Estadual e veja se, quem sabe, o senhor não está precisando de alguma guia de ICMS.

Despachei o homem, fui almoçar e antes passei na locadora para alugar um filme. No caminho, lá vinha o contribuinte e dona Zefinha,



andando ao sol de meio-dia do verão sertanejo, procurando a Fazenda Estadual. Coitadinha de Dona Zefinha! Dias depois, conversando com um amigo meu, que é auditor da Fazenda Estadual, ele me disse o seguinte:

- Se chegar alguém lá na Fazenda com uma vacina de brucelose eu vou dizer: bem, vacina brucelose é uma vacina de gado, gado é patrimônio, isso deve ser Imposto de Renda, vá à Receita Federal.



Receita Federal